

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS

CURSO DE PSICOLOGIA

ALEXIA VASCONCELOS MARTINS

**UMA APROXIMAÇÃO POSSÍVEL ENTRE A PSICOLOGIA E A
PSICANÁLISE:** considerações sobre o Curso de Psicologia da Universidade Federal
do Maranhão

São Luís – MA

2020

ALEXIA VASCONCELOS MARTINS

**UMA APROXIMAÇÃO POSSÍVEL ENTRE A PSICOLOGIA E A
PSICANÁLISE: considerações sobre o Curso de Psicologia da Universidade Federal
do Maranhão**

Monografia entregue como requisito parcial para
obtenção do título de bacharel em Psicologia com
formação em psicólogo, ao Departamento de
Psicologia da Universidade Federal do Maranhão.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Maria da Conceição
Furtado Ferreira

São Luís – MA

2020

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Núcleo Integrado de Bibliotecas/UFMA

Martins, Alexia Vasconcelos.

Uma aproximação possível entre a Psicologia e a Psicanálise: : considerações sobre o Curso de Psicologia da Universidade Federal do Maranhão / Alexia Vasconcelos Martins. - 2020.

59 f.

Orientador(a): Maria da Conceição Furtado Ferreira.
Monografia (Graduação) - Curso de Psicologia,
Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2020.

1. Formação do psicólogo. 2. Psicanálise. 3. Psicologia Científica. 4. Universidade Federal do Maranhão. I. Ferreira, Maria da Conceição Furtado. II. Título.

ALEXIA VASCONCELOS MARTINS

**UMA APROXIMAÇÃO POSSÍVEL ENTRE A PSICOLOGIA E A
PSICANÁLISE: considerações sobre o Curso de Psicologia da Universidade Federal
do Maranhão**

Monografia entregue como requisito parcial para
obtenção do título de bacharel em Psicologia com
formação em psicólogo, ao Departamento de
Psicologia da Universidade Federal do Maranhão.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Maria da Conceição
Furtado Ferreira

Aprovada em: ____/____/2020

Banca Examinadora:

Prof^ª. Dra. Maria da Conceição Furtado Ferreira (Orientadora)

Universidade Federal do Maranhão

Prof^ª. Dra. Maria Áurea Pereira Silva (Banca Examinadora)

Universidade Federal do Maranhão

Prof^ª. Ma. Cíntia Maria Urbano Rodrigues (Banca Examinadora)

Universidade UNICEUMA

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, pelo carinho, paciência e pelas lutas diárias para sustentar nossa família.

Ao meu pai, Iran Papão, pelo incentivo aos meus estudos. Por ser um pai firme em suas palavras e posicionamentos. Por viver a vida com amor, alegria, entusiasmo, energia e esbanjando saúde.

À minha mãe, Lucinete, por ser uma mãe cuidadosa e generosa. Por demonstrar seu amor nos gestos cotidianos. E por ser uma mulher com inúmeros sonhos, desejos e projetos, e que segue em frente, com coragem, em busca de realizá-los.

Aos meus irmãos Patrick, Iran Filho, Max, Hylmária (*in memoriam*) e, especialmente, ao meu irmão Tarcísio, que mora comigo. Obrigada, Tarcísio, por me mostrar tantas coisas novas que, se não fossem por você, eu não teria conhecido - as séries, os filmes, as músicas e os memes.

À minha prima, Adriana, quem eu costumo apresentar como “a prima que eu mais amo”. Obrigada por estar presente na minha vida, nos momentos alegres e nos momentos de incertezas, medos e angústias. Suas palavras são sempre muito importantes para mim.

Ao meu amor, Raul, quem eu escolhi para compartilhar os sonhos, construir planos e dividir os lanches. Obrigada por ter me acompanhado na minha saga da monografia e pela disposição em me acompanhar nas outras sagas que virão.

Aos colegas do Curso de Psicologia, da turma 2013.1, tão importantes para tornar suportável o cotidiano acadêmico: Maria Aparecida, Fernando, Daphine, Érika, Maayan, Paula, Carol, Fernanda, Rayssa, Marina e Rodrigo.

Ao Elone, amigo que a Psicologia me possibilitou encontrar, agradeço a amizade simples, de riso fácil. E aos amigos de infância, juntos desde o Farina e também no Santa Teresa: Blenda e Lucas Lucena; em cada um de vocês eu encontro uma amizade genuína que bem posso chamar de amor.

Aos amigos da Paróquia de N^a. Sra. do Perpétuo Socorro, em especial, à galera dos Avivadores, com quem eu vivi momentos tão maravilhosos, de brincadeiras,

de falar besteiras e jogar conversa fora, tudo isso regado a muita música. Com vocês eu pude, por vezes, tomar fôlego para continuar este trabalho.

Aos colegas de estágio em clínica psicanalítica, no Projeto Escuta e no Grupo de Pesquisa Laço Social: Déborah, Girlane, Maurícia, Luís Paulo, Jordana, Samiris e Letícia.

À professora Valéria Lameira, pelo trabalho realizado e pelo compromisso com o nome da Psicanálise e seus fundamentos primordiais no contexto da UFMA.

À minha analista Valéria Lameira, a quem eu confio, na clínica, a direção do meu tratamento, agradeço a sua escuta.

À professora Conceição Ferreira, que aceitou orientar este trabalho e que cuidadosamente escutou cada linha desta monografia, de maneira muito respeitosa ao meu tempo de elaboração, de idas e vindas. Meus sinceros agradecimentos pela sua paciência, bom humor e disponibilidade em me orientar, mesmo em tempos tão difíceis nos quais enfrentamos o horror de uma pandemia mundial e as dificuldades em mantermos o trabalho com as medidas de distanciamento.

Ao professor Ramiro Azevedo, pela revisão e comentários feitos a partir da leitura desta monografia. Por ter se disponibilizado tão prontamente e por sua alegria ao me receber em sua casa.

À l'enseignante Rayanna, je vous remercie pour la traduction de mon résumé.

Às professoras Áurea Silva e Cinthia Urbano, que tão gentilmente aceitaram fazer parte da banca examinadora desta monografia.

Ao piano, instrumento musical que, lá onde não há letra, apenas traços, pontos, figuras, pausas, sons e silêncios, me possibilita inventar a minha própria música e assim, tocar a vida a diante. Agradeço também aos meus alunos de piano que chegam até mim com tanto entusiasmando e interesse.

À Nathália Pereira, coordenadora de Tutoria e Relacionamento, pela aposta no meu trabalho na instituição de ensino, mesmo diante da crise no contexto escolar e educacional, que já existia, mas que ficou escancarada no contexto da pandemia da Covid-

19, momento em que muitos profissionais perderam seus empregos, e não somente, também perderam amigos e entes queridos.

Importante, neste triste capítulo da história da humanidade no qual nos encontramos, fazer memória às milhares de pessoas que, até o momento em que eu escrevo estas palavras, contam, somente no Brasil, em mais de 187 mil brasileiros que perderam suas vidas em razão desta doença terrível durante o ano de 2020. Meus mais sinceros sentimentos de pesar e minha profunda solidariedade às famílias.

À Nossa Senhora das Graças, pelas graças alcançadas.

À Deus, cujo Verbo se fez carne e habita entre nós.

*” É preciso ter esperança, mas ter
esperança do verbo esperar; porque tem gente
que tem esperança do verbo esperar. E esperança
do verbo esperar não é esperança, é espera.
Esperança é se levantar, esperar é ir atrás,
esperança é construir, esperar é não desistir!
Esperança é levar adiante, esperar é juntar-se
com outros para fazer de outro modo...”*

(Paulo Freire)

RESUMO

Este trabalho apresenta uma discussão teórica sobre a aproximação entre a Psicologia e a Psicanálise no contexto da Universidade, a partir do conceito da transferência. Foi realizado uma pesquisa de revisão bibliográfica tendo como marco teórico o campo da Psicologia, traçando esse percurso histórico até a inclusão da Psicologia Clínica. E o campo da Psicanálise, destacando os fundamentos da sobredeterminação do inconsciente e do conceito de transferência, tendo como marco teórico metodológico a própria pesquisa psicanalítica. Na pesquisa teórica psicanalítica de revisão bibliográfica, segundo apresentam Lameira, Costa e Rodrigues (2017), não se trata de uma mera reprodução do que já foi estabelecido, isso porque leva em consideração o funcionamento psíquico, conforme proposto por Freud (1900), no qual o pesquisador se inclui na pesquisa, uma vez que este está submetido a tal funcionamento, isto é, à regência do inconsciente. Também se recorreu aos documentos institucionais para apresentar a estrutura curricular do Curso de Psicologia da UFMA, vigente desde 2014, e expor como o ensino teórico da Psicanálise se insere nesse contexto. Observou-se que a transferência, enquanto um dos pilares teóricos da Psicanálise, também pode se fazer presente no contexto da Universidade, e que, nesse ponto, quando se trata do trabalho cuja proposta é do ensino teórico psicanalítico, seria fundamental não deixar de fora a transferência como motor, como impulsionador deste trabalho também no contexto acadêmico.

Palavras-chaves: Psicologia Científica. Formação do psicólogo. Universidade Federal do Maranhão. Psicanálise.

RÉSUMÉ

Ce travail présente une discussion théorique sur le rapprochement entre la Psychologie et la Psychanalyse dans le contexte de l'Université, à partir du concept du transfert. Une recherche de revue bibliographique a été menée, ayant comme cadre théorique le domaine de la Psychologie, en traçant ce parcours historique jusqu'à l'inclusion de la Psychologie Clinique. Et dans le domaine de la Psychanalyse, en soulignant les fondements de la surdétermination de l'inconscient et du concept de transfert, ayant comme cadre théorique méthodologique sa propre recherche psychanalytique. Dans la recherche théorique psychanalytique de révision bibliographique, selon Lameira, Costa et Rodrigues (2017), il ne s'agit pas d'une simple reproduction de ce qui a déjà été établi, ceci parce qu'il tient compte du fonctionnement psychique, comme le propose Freud (1900) dans lequel le chercheur est inclus dans la recherche, car il est soumis à un tel fonctionnement, c'est-à-dire, à la régence de l'inconscient. Les documents institutionnels ont été utilisés pour présenter la structure des programmes du Cours de Psychologie de l'UFMA, en vigueur depuis 2014, et exposer comment l'enseignement théorique de la Psychanalyse s'inscrit dans ce contexte. Il a été observé que le transfert, en tant que l'un des piliers théoriques de la psychanalyse, peut également se faire dans le contexte de l'Université, et que, sur ce point, lorsqu'il s'agit du travail dont la proposition est l'enseignement théorique psychanalytique, il serait fondamental de ne pas laisser le transfert comme moteur de ce travail aussi dans le contexte académique.

Mots-clés: Psychologie Scientifique. Formation du psychologue. Université. Universidade Federal do Maranhão. Psychanalyse.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPSij	Centro de Atenção Psicossocial infantojuvenil
FORPROEX	Fórum de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras
NEVE	Núcleo de Extensão da Vila Embratel
NPA	Núcleo de Psicologia Aplicada

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. A PSICOLOGIA ENQUANTO CIÊNCIA.....	15
3. A APROXIMAÇÃO ENTRE PSICOLOGIA E PSICANÁLISE NA UNIVERSIDADE.....	29
4. CONSIDERAÇÕES SOBRE A PSICANÁLISE NAS UNIVERSIDADES..	43
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	54
REFERÊNCIAS.....	57

1 INTRODUÇÃO

A experiência vivenciada na graduação de Psicologia da UFMA com a Psicanálise, a partir do trabalho no estágio em clínica psicanalítica, do Projeto de extensão Escuta e no grupo de estudo e pesquisa Laço Social; nas atividades desenvolvidas no contexto de uma clínica-escola (Núcleo de Psicologia Aplicada/NPA; Núcleo de Extensão da Vila Embratel/NEVE), foram espaços que possibilitaram meu primeiro contato com os textos de Freud e Lacan, bem como experimentar condições diferentes do ensino da teoria psicanalítica no contexto acadêmico, não restrito às aulas teóricas.

Busca-se neste trabalho tecer considerações sobre a formação do psicólogo que parte da Psicologia Científica e seus fundamentos, cujos pilares da formação estão no tripé Ensino-Pesquisa- Extensão, e que, nesse percurso, encontra com os fundamentos teóricos da Psicanálise, distintos da Psicologia acadêmica. A partir daí, colocou-se para mim como questão: quais os pontos fundamentais que tornam possível um trabalho com o referencial teórico da Psicanálise em um contexto que não é, segundo Freud (1919), o lugar da formação do analista?

A partir dessa questão principal, algumas outras questões surgem de modo que norteiam a escrita de cada capítulo desta monografia. Esta tem como objetivo geral discorrer sobre a aproximação entre a Psicologia e a Psicanálise no contexto da Universidade, a partir do conceito da transferência. Foi realizada uma pesquisa de revisão bibliográfica tendo como marco teórico o campo da Psicologia, traçando-se esse percurso histórico até a inclusão da Psicologia Clínica. E o campo da Psicanálise, destacando-se os fundamentos da sobredeterminação do inconsciente e do conceito de transferência, tendo como marco teórico metodológico a própria pesquisa psicanalítica. Na pesquisa teórica psicanalítica de revisão bibliográfica, segundo apresentam Lameira, Costa e Rodrigues (2017), não se trata de uma mera reprodução do que já foi estabelecido, isso porque leva em consideração o funcionamento psíquico, conforme proposto por Freud (1900), isto é, o pesquisador se inclui na pesquisa, uma vez que este está submetido a tal funcionamento, isto é, à regência do inconsciente.

O desenvolvimento do primeiro capítulo tem como objetivo específico expor o campo da Psicologia como Ciência em seus principais fundamentos. Discorre-se sobre os fatores que despertam o interesse científico para a investigação dos fenômenos psíquicos, os quais estão intimamente relacionados à Modernidade. Na Era Moderna, tem-se o surgimento dos primeiros projetos de Psicologia Científica, nos quais se evidenciam uma diversidade

teórica e metodológica. Entretanto, tem-se também neste mesmo período a criação da Psicanálise, a partir do trabalho de Freud na clínica da histeria.

No segundo capítulo, pretende-se considerar como a Psicologia e a Psicanálise, embora distintas, se aproximam no contexto da Universidade. Neste capítulo, situa-se a formação do psicólogo e seus campos de atuação. Recorre-se aos documentos institucionais, como o *Projeto Político Pedagógico do Curso de Psicologia da Universidade Federal do Maranhão (2014)*, a fim de identificar as atividades acadêmicas de formação do psicólogo por onde se articulam o ensino da Psicanálise na Universidade.

Já no último capítulo, buscamos apresentar argumentos teóricos na referência da Psicanálise nas Universidades, a partir dos textos freudianos: *Deve-se ensinar Psicanálise nas universidades? (1919)* e *A questão da análise leiga: diálogo com um interlocutor imparcial (1926)*.

É no terceiro capítulo que busco sustentar e adentrar a minha questão: quais os pontos fundamentais, a partir de Freud, possibilitam um trabalho com a Psicanálise na Universidade? Considerando-se como a especificidade da Psicanálise o trabalho com a fala e escuta submetidos à sobredeterminação do inconsciente na vida mental, trata-se, pois, neste capítulo, de apresentar a sobredeterminação do inconsciente como um dos fundamentos da Psicanálise. Por sua vez, o trabalho com a fala só encontra vias de sustentação por meio da transferência, também um dos conceitos basilares da experiência analítica. Busca-se apresentar o conceito da transferência enquanto um articulador desses diferentes campos – Psicanálise e Psicologia – no contexto acadêmico, recorrendo-se ao texto freudiano inaugural *A interpretação dos sonhos (1900)* e aos artigos sobre a técnica, em especial, o artigo *A dinâmica da transferência (1912)*.

2 A PSICOLOGIA ENQUANTO CIÊNCIA

Neste primeiro capítulo, busca-se discorrer sobre a Psicologia como ciência. Para isso, tentou-se situar os principais fundamentos da Psicologia Científica a partir de uma análise das condições históricas, sociais, políticas e culturais que influenciaram a chamada “invenção” do psicológico, utiliza-se o termo proposto por Figueiredo e Santi (1991/2008). As discussões suscitadas por estes dois autores serão o fio condutor para o desenvolvimento deste capítulo, à medida que são um ponto de referência comum às contribuições dos demais autores aos quais se fará referência aqui. Entre estes estão: Mancebo (2002), Keide e Jacó-Vilela (2004), Ferreira (2006), Kahhale e Andriani (2006) e Bock, Furtado e Teixeira (1988/2008).

Para contar a história da Psicologia Científica, há de se ater principalmente ao contexto da Era Moderna, entre os séculos XIX e XX, a fim de discutir sobre os efeitos da Modernidade na constituição do saber psicológico. Além das bases científicas, importa destacar as bases filosóficas desta nova ciência que, apesar de sua recente autonomização, se comparada às demais ciências, em parte carrega forte dependência ao campo da Filosofia.

Na tentativa de traçar o percurso histórico da Psicologia, orientam-nos Keide e Jacó-Vilela (2004), então convém delimitar não somente as bases históricas e sociais, mas também expor o status da Psicologia no interior mesmo do discurso científico, para analisar de que modo esta procura satisfazer as normas específicas que permitem defini-la como ciência independente.

Sobre o status da Psicologia quanto às exigências do método científico, tal como se configura hoje, Kahhale e Andriani (2006) advertem:

Um lugar não muito cômodo cabe à psicologia, se comparada com as demais ciências humanas, devido a sua diversidade teórico-metodológica. É difícil definir qual o seu objeto de estudo e seu método de pesquisa. Os conteúdos inconscientes, o comportamento, a subjetividade, o mundo interno, todas estas e algumas outras noções fazem parte do chamado fenômeno psicológico. Estabelecer cientificamente a especificidade deste objeto, colocando-o como autônomo em relação às outras ciências e longe da especulação, é tarefa árdua e, talvez possível, apenas se considerarmos a sua dimensão histórica. (KAHHALE E ADRIANI, 2006, p. 76)

Em torno da discussão quanto à dificuldade de se estabelecer cientificamente a especificidade do objeto de estudo da Psicologia, Bock, Furtado e Teixeira (1988/2008) expõem que há uma diversidade de linhas teóricas e campos de práticas que a compõem, não a Psicologia singularmente, mas "as psicologias", em vista da sua pluralidade de leituras e abordagens dos fenômenos psicológicos.

A Psicologia não configura uma massa homogênea, pois o saber psicológico se desdobra em diferentes tendências ideológicas ou escolas já que há uma diversidade de objetos de estudo e métodos de investigação. Por tendências, Japiassu (1983, apud Bock, Furtado e Teixeira, 1988/2008) cita: a tendência organicista, a tendência fisicalista, a tendência psicossociológica, a tendência psicanalítica, entre outras. Cada uma dessas tendências dá origem a diferentes abordagens psicológicas, cada uma com o seu objeto de estudo específico e comprometida como uma determinada posição ideológica e filosófica. As abordagens por vezes divergem entre si, apontando elaborações totalmente distintas e antagônicas umas das outras sobre um mesmo fenômeno psicológico.

Logo, ao lançar um breve olhar sobre a Psicologia, tal como se apresenta hoje, pode-se dizer que esta se situa num imenso domínio que passa pelas Ciências exatas, naturais, humanas, biológicas e sociais, afirma Japiassu (1983, apud Bock, Furtado e Teixeira, 1988/2008). Contudo, em vista dessa pluralidade, como atender às exigências do discurso científico?

A Ciência, explica Bock, Furtado e Teixeira (1988/2008), tem como princípio fundamental a objetividade. O cientista toma o objeto de estudo a partir de um método próprio de investigação, conforme um sistema rigoroso de observação, controle, experimentação e avaliação. Para que se produzam conclusões passíveis de verificação e reprodução apropriada dos dados empíricos, estes são submetidos ao princípio da explicação causal dos fenômenos, a partir do qual uma mesma causa determina sempre um mesmo efeito, e cuja relação deve ser descrita em linguagem clara, precisa, livre de ambiguidades e contradições. Esse conjunto de procedimentos racionalizados, quantificáveis e ordenados, que avança em direção a uma ação sobre a natureza, a uma causa para determinado fenômeno, ou à verdade procurada, constitui, pois, o método científico.

Para melhor distinguir o método científico da atitude “costumeira” ou do senso-comum, recorra-se a Chauí (2003), a Aranha e Martins (2003), que desenvolvem essa discussão no campo de introdução à filosofia. Estas autoras pontuam que, conforme o método científico, é necessário delimitar e isolar a coisa investigada, bem como tornar todo o processo de conhecer isento de quaisquer interferências do sujeito-pesquisador. Este assume uma postura de neutralidade em relação ao seu objeto de estudo. Quando descreve a atitude científica, Chauí (2003) nos diz que, na via da racionalidade, o cientista deve abster-se de emoções e valores pessoais, morais e sociais, distanciar-se de opiniões baseadas em preconceitos, tradições

cristalizadas, hábitos e crenças subjetivas, por meio das quais só se pode resultar em um conhecimento senso-comum.

Tais exigências quanto à objetividade e neutralidade têm a ver com outro princípio fundamental da Ciência, destacado por Aranha e Martins (2003), que é o da autonomia. Para que haja ciência independente, delimitado o seu objeto de pesquisa e procedimentos específicos, esta precisa emancipar-se de pressões externas - socioculturais, econômicas e políticas - e também das pressões internas, referentes à relação sujeito e objeto de pesquisa. Somente assim a Ciência produziria um conjunto de conhecimentos e teorias imparciais e neutras, não se prestando a atender a interesses particulares a um indivíduo ou grupo, senão ao próprio trabalho racional de investigação em busca da verdade sobre a realidade. Logo, junto ao princípio da autonomia, Aranha e Martins (2003) também destacam a imparcialidade como características da Ciência.

Em consequência do rigor científico, na via de garantir a validade e fidedignidade dos fatos, seria possível não apenas reproduzir os dados empíricos, mas também prever racionalmente novos fatos como efeitos dos já estudados. Apoiado em tais princípios fundamentais já descritos, quais sejam: a objetividade, isto é, objeto específico, linguagem rigorosa, métodos e técnicas específicas (BOCK, FURTADO E TEIXEIRA, 1988/2008); a neutralidade (CHAUÍ, 2003); autonomia e imparcialidade (ARANHA E MARTINS, 2003) - tais características visam dar às Ciências a garantia de ser alcançado um conhecimento que seja infalível sobre a realidade e promover ações mais assertivas e seguras do homem sobre a natureza.

Nessa visada, Bock, Furtado e Teixeira (1988/2008) nos dizem que a produção científica se constitui por um processo contínuo e cumulativo do conhecimento que avança, independentemente dos sujeitos que realizam a pesquisa, na tentativa de identificar estruturas universais das coisas investigadas, as leis invariáveis de funcionamento dos fenômenos, sejam estes naturais ou humanos.

Quando se considera a diferença entre Ciências naturais e Ciências humanas, Aranha e Martins (2003) nos chamam atenção para o problema da especificidade do objeto de estudo. No campo das Ciências naturais, o objeto estudado é algo que se encontra fora do indivíduo pesquisador, o que torna possível isolar o objeto e manter-se subjetivamente distante para os fins da pesquisa científica. Como ocorre nos casos da Física, da Química e da Biologia,

que estudam a natureza química e dinâmica das substâncias e dos corpos, sejam estes vivos ou inanimados.

Porém, no campo das Ciências humanas, uma das dificuldades mais cruciais ao buscarem estabelecer um método é a de contornar a subjetividade, isto é, “a descentração do sujeito no processo de conhecer [...] e a descentração das emoções e da subjetividade do cientista” (ARANHA e MARTINS, 2003, p. 203). No caso das ciências humanas, o objeto a ser conhecido, que em seu sentido amplo (trata-se do ser humano) é da mesma natureza do sujeito que conhece, correndo risco deste confundir-se com o objeto. Inevitavelmente, explicam Bock, Furtado e Teixeira (1988/2008), a concepção de homem que o pesquisador traz consigo, sua posição filosófica ou ideológica, interfere na pesquisa, o que compromete a objetividade exigida pelo método científico. Há, pois, uma diversidade de concepções de homem, cada qual construída a partir de uma complexa relação entre teorias e conceitos que sofrem as influências das condições socioculturais, econômicas e políticas que caracterizam um dado momento histórico.

O termo subjetividade, conforme definem Bock, Furtado e Teixeira (1988/2008), sintetiza as inúmeras formas de expressão do ser humano que, experimentando a vida social e apropriando-se dos elementos da cultura, possibilita a construção de um mundo pessoal e singular. A subjetividade diz respeito à particularidade de cada um, em sua maneira de sentir, pensar, agir, construir e transformar-se a si próprio ao mesmo tempo que está sobre os efeitos da submissão da subjetividade ao mundo social e cultural. Segundo Ferreira (2006), a subjetividade se constitui no plano da interioridade reflexiva, centrada na primeira pessoa, quer dizer, no “eu”¹. No entanto, essa interioridade nem sempre tem a ver com uma interioridade individualizada. Esta só vai se dar na Modernidade. O estudo da subjetividade requer um desvendamento dos chamados processos de subjetivação a partir das relações do cultural, do político, do social, do econômico e do histórico na produção da subjetividade humana ao longo dos séculos.

Aranha e Martins (2003) destacam, no período que nomeiam de Antiguidade, a teoria de Platão, que concebe o homem como constituído de uma parte imaterial, abstrata - a alma, ou *psyché* - e uma parte material - o corpo - enquanto o reflexo de uma divisão em que consiste a própria gênese da natureza, isto é, da divisão entre o mundo inteligível (das ideias) e o mundo sensível (dos fenômenos). Este último é tido como uma cópia imperfeita do mundo

¹ Aliás, umas das funções da linguagem, a Emotiva, que é centrada no “eu”.

das ideias, das essências imutáveis, o que impediria o homem de conhecer as coisas tais como elas verdadeiramente são, mas somente a partir de uma percepção enganosa e deturpada da realidade das ideias. A alma abarcaria o mundo interno do humano, o mundo psicológico, enquanto o conjunto dos pensamentos, sentimentos, desejos e percepções. Segundo as autoras, para Platão há uma dialética que marca as formas de conhecimento entre o sensível e o intelectual, e está presente no humano. Este possui uma alma que já teria contemplado o mundo das ideias, porém tudo esquece quando se torna prisioneira de um corpo. As ideias de Platão constituem uma das bases filosóficas para a estruturação do saber psicológico² (Aranha e Martins, 2003; Figueiredo e Santi, 1991/2008)

Já na Idade Média, à época das sociedades feudais, dominadas pela hegemonia da Igreja Católica e baseada em uma rígida hierarquia social, colhe-se a concepção de homem sustentada no teocentrismo, assim descrevem Kahhale e Andriani (2006). O homem feudal é visto como predeterminado por leis divinas, com características imutáveis e definidas, não importando a influência das condições sociais às que se submete.

Entretanto, é na Idade Moderna que se colhem as contribuições mais determinantes para o surgimento da Psicologia como Ciência. A concepção do homem a partir da dualidade alma e corpo defendida por Platão é retomada por René Descartes (1596-1650) para pensar o homem a partir do dualismo psicofísico, da interação mente-corpo. Keide e Jacó-Vilela (2004) referem que, para Descartes, a alma é concebida como uma substância imaterial e livre em contraposição ao corpo material e mecânico. A alma cartesiana é constituída de reflexão e de subjetividade; é entendida como consciência, que cria o "eu". Porém, esta subjetividade tem como mediador de suas experiências a matéria corpórea. Esta, por sua vez, está regida segundo as leis da Física, da Mecânica e da Fisiologia. É com Descartes que temos a ideia de homem-máquina, a partir do que se faz necessário aplicar as leis que regem a natureza à explicação do funcionamento da mente humana. A partir daí, acredita-se que há um determinismo dos processos naturais, por meio do qual o mecanicismo se consolida como doutrina e, quando utilizada para explicar à mente humana, servirá de base aos projetos de psicologia científica.

A teoria cartesiana tem como cerne de seu sistema filosófico a máxima “Penso logo, existo”, que coloca o “eu” como o fundamento de todo o conhecimento, assim apontam Figueiredo e Santi (1991/2008). A invenção do *cogito* cartesiano, dizem Bock, Furtado e

² Seu ex-aluno, Aristóteles, diverge (ele não é inatista), pois nada atinge a mente que não haja passado pelos sentidos. Aliás, postulado da Linguística.

Teixeira (1988/2008), é o marco inaugural da Modernidade, bem como é a base do método científico, por meio do qual se pretende chegar a uma verdade absoluta e indubitável, alcançada por meio da dúvida enquanto base do novo método.

Sobre os efeitos da Modernidade para a produção das subjetividades, bem como na constituição do saber psicológico, Mancebo (2002) nos diz que a construção dos conceitos de indivíduo e subjetividade no contexto moderno-ocidental é marcada por intensas reformas a partir do Renascimento.

Segundo Mancebo (2002), quanto ao período renascentista, no modo de produção moderno, surgiu a consolidação do Capitalismo e o desenvolvimento de um ideário de liberdade e igualdade; no contexto religioso, a reforma protestante e suas práticas constroem a solidão interna do indivíduo e contribuem para a própria possibilidade da intensificação da experiência individualizada; com a revolução científica, que mudou a relação entre o sujeito e o objeto do conhecimento, estimula-se um sujeito autoconsciente e com total domínio da própria vontade; a nova configuração social e política, os Estados Nacionais com base no absolutismo, também provocaram mudanças sociopsicológicas caracterizadas pela contenção dos impulsos, autodomínio, auto-observação e observação dos demais. A teorização que eleva o conceito de indivíduo ao nível de bandeira política e realidade econômica é o Liberalismo. (MANCEBO, 2002, p.4-5).

O indivíduo moderno, explica Mancebo (2002), é dado soberano, livre para viver e escolher agir, dotado de uma consciência individual e racional. E, complementa Ferreira (2006, p. 38): o indivíduo era entendido como “*sujeito autônomo, singular, igual aos demais e dotado de uma interioridade (foro íntimo)* que seria a base contratual dos Estados modernos e fonte do poder destes.” (FERREIRA, 2006, p, 38, grifo do autor). Com o chamado intimismo, ou sentimento do eu, somada ao embaralhamento das esferas pública e privada torna-se o fenômeno ainda mais complexo para a noção de subjetividade. Segundo o referido autor, se o indivíduo está identificado a um sujeito autônomo e soberano, não haveria como o tornar objeto de um saber. Por isso, a Modernidade teve de conferir uma duplicidade ao entendimento do que é o indivíduo moderno.

Importante destacar que, quando se trata da noção de indivíduo, ou da experiência individualizada, Ferreira (2006) nos chama atenção para o fato de que essa discussão não se restringe à noção de subjetividade enquanto uma interioridade reflexiva. Este autor nos diz que na Modernidade, coloca-se uma contrapartida à concepção de indivíduo que tudo pode e tudo

sabe. O indivíduo moderno deve ser concebido enquanto unidade política que ao mesmo tempo é fonte e alvo dos poderes. Este autor escreve:

impõe-se uma duplicidade no que entendemos por indivíduo: para além do indivíduo *soberano*, que não gera um saber sobre si, emerge o indivíduo *disciplinado* [...]. Se no poder soberano o indivíduo é avaliado a partir da *lei* contratuada, o indivíduo disciplinado é ordenado a partir de uma *norma*, que determina a sua filiação ou não à normalidade. [...] Esse novo indivíduo desponta não mais como um sujeito, mas *um objeto determinado, singular, diferenciado, dotado de uma interioridade (identificada agora a uma natureza biológica)*, que será alvo dos Estados contemporâneos e de uma série de agências privadas. (FERREIRA, 2006, p. 28)

Figueiredo e Santi (1991/2008) analisam que, ao mesmo tempo que o indivíduo é incentivado a inventar o seu próprio destino, a sua própria identidade, e a se responsabilizar por suas escolhas, ele se dá conta de que, com a falência do mundo medieval, há também uma falência das referências coletivas, como a Religião, por exemplo, pelo que o homem moderno é lançado a uma condição de desamparo.

Nessa condição de perda das referências, crescem as críticas ao modelo capitalista e liberal, o que faz despontar contextos de lutas de classes e guerras entre os países. A sociedade moderna estimula as liberdades individuais mas, por outro lado, a organização política e econômica encontra vias de tolher seus indivíduos para que caibam em um sistema de produção, exercendo modos de controle sutis, que por vezes passam despercebidos à consciência. As chamadas forças invisíveis, como referem Figueiredo e Santi (1991/2008), que sustentam a sociedade capitalista, despertam o interesse por uma investigação sistemática daquilo que está por trás das aparências imediatas. Segundo esses autores, a organização da sociedade moderna possibilitou uma experiência de subjetividade privatizada. Entretanto, essa mesma organização enseja a crise desta subjetividade. Com o declínio de crenças e referências absolutas, surgiu no seio da sociedade moderna o movimento chamado ceticismo, a partir do qual há uma desconfiança da existência de um “eu” verdadeiramente livre, que a singularidade dos indivíduos é ilusória.

Além disso, é na era moderna que pontua a tentativa de cisão entre os domínios humano e natural, bem como a separação entre os domínios do científico e do filosófico (FERREIRA, 2006). Inicia-se nesse período uma espécie de “dessacralização” da natureza e do humano, termo usado por Bock, Furtado e Teixeira (1988/2008), que resulta em um processo de naturalização dos fenômenos. Tal processo tem a ver com a tentativa de encontrar

alternativas às referências perdidas nas leis da natureza, a fim de ser construído um modelo de racionalidade que pudesse retirar o homem moderno do desamparo.

Aranha e Martins (2003), esclarecem que as leis da natureza supõem o determinismo, ou seja, na natureza tudo que existe tem uma causa. O método científico, cujas bases epistemológicas são postas por Descartes, como já foi dito anteriormente, é tomado como a via de investigação da chamada natureza humana. Isto é, o conjunto de traços e características, de leis, mecanismos e sistemas que determinam e regularizam o funcionamento dos fenômenos psicológicos, e que são comuns a todos os indivíduos. Uma vez descritas as leis que regem a natureza humana, seria possível por meio delas prever a incidência dos fenômenos psicológicos.

Este processo de naturalização atinge o seu ápice na segunda metade do século XIX, com o método positivista, elaborado pelo filósofo francês Augusto Comte (1798-1857). Por meio do pensamento positivista, segundo Keide e Jacó-vilela (2004), Comte defende que o conhecimento humano passa por três estados teóricos: o Teológico, ou fictício, como a primeira forma de explicar o mundo; o Metafísico, ou abstrato, ou ainda filosófico; e, por fim, o Positivo, ou científico, que, diante da insuficiência dos estados anteriores, busca as leis naturais que regem os eventos. As bases do positivismo são: a distinção sujeito/objeto e o trinômio “verificação-previsão-controle”, a partir do que reconhece como objeto de estudo somente aqueles fenômenos que são objetivamente observáveis e explicados segundo os princípios das ciências naturais.

Em síntese: a experiência da subjetividade individualizada, bem como a crise desta mesma subjetividade (Figueiredo e Santi, 1991/2008) e a ambiguidade moderna da noção de indivíduo (Ferreira, 2006) são as pré-condições que despertam o interesse em estudar cientificamente o psicológico e que marcam de forma decisiva o surgimento dos projetos de Psicologia Científica. Os primeiros projetos de Psicologia nascem, ora como herdeiros dos preceitos de Descartes, cujo maior representante é o método positivista, ora como reação a este, buscando apresentar novas leis que determinam ou regem o humano.

Pode-se dizer que o que impele o surgimento da Psicologia Científica é justamente o fato dela estar situada entre o indivíduo autônomo e soberano e o indivíduo que deve ser disciplinado e contido. Conforme Figueiredo e Santi (1991/2008, p. 53), é a partir disso que se abre espaço para projetos de previsão e controle científico do comportamento individual, que será um dos principais objetivos da Psicologia como Ciência a serviço das disciplinas. Ao mesmo tempo que abre espaço para problematizações teóricas e práticas das subjetividades

totalmente avessas ao regime disciplinar. Consequência disso é a diversidade de escolas e abordagens psicológicas.

O marco inaugural da Psicologia científica ocorreu quando Wilhelm Wundt (1832-1920), pesquisador na área de Fisiologia, instalou no ano de 1879, em Leipzig, na Alemanha, o primeiro laboratório de Psicologia Experimental e com ele também fundou-se a Psicologia como disciplina acadêmica formal. Antes disso, o que havia era um complicado status da Psicologia, cujas temáticas se dispersavam entre os grandes sistemas filosóficos e entorno dos temas da Fisiologia, Medicina e Biologia.

A Ciência moderna, entre os séculos XIX e XX, se deparou com a questão: como garantir que a Psicologia pudesse ser um conhecimento objetivo sobre a subjetividade? Na tentativa de responder a este impasse, Wundt se apropriou do método do positivismo científico para desenvolver a Psicologia Experimental, colocando-a como Ciência intermediária entre as Ciências da natureza e as Ciências humanas e sociais, como a Antropologia, a Sociologia e História.

Kahhale e Andriani (2008) explicam que, para Wundt, o objeto da Psicologia é a experiência imediata, do tipo de experiência que é a consciente ou interna, estudada em termos de estruturas neurais, sensações e percepções dos órgãos dos sentidos. São estas as estruturas que compõe separadamente a consciência e que, por sua vez, pode ser acessada por meio da auto-observação e do relato introspectivo dos sujeitos da pesquisa. O objetivo de Wundt era compreender a consciência humana a partir da captação das vivências de cada indivíduo investigado, tal como estas são vividas e imediatamente percebidas, a fim de evitar deformações de seu conteúdo.

O estudo da experiência da consciência ganhou ainda outros nomes como o estudo da mente humana, do mundo interno, ou ainda, um nome que já nos é conhecido, o da experiência de subjetividade individualizada. Para que a experiência subjetiva fosse acessada, seria necessário também o estudo da linguagem e dos processos simbólicos, isto é, ocupar-se da diversidade das representações, significados e sentidos, que acompanham a experiência interna, diz Penna (1991 apud Kahhale e Andriani, 2008).

Kahhale e Andriani (2008) pontuam que, para Wundt, a consciência é ao mesmo tempo individual e coletiva, isto é, dá-se nos limites da vida individual, independente dos outros indivíduos, mas também cumpre funções sociopsicológicas exigidas pela vida em grupo. Por esse viés, é necessário o estudo da linguagem e das leis que regem os pensamentos para

complementar o método experimental, por meio do que ele nomeia de método de observação histórica e comparativa.

É a partir das contribuições de Wundt que a Psicologia deixa de se subordinar tão somente à Filosofia, seguindo, ainda que em parte, a orientação positivista. Porém, essa tendência positivista, como base para projetos de Psicologia Científica, encontra o seu apogeu no chamado Behaviorismo (de *behavior*, termo em inglês, “conduta”), para designar um sistema de pensamentos e conceitos que fundamentam a Ciência psicológica cujo objeto de estudo é o comportamento dos organismos vivos e suas interações com o ambiente, focalizando os processos de adaptação do indivíduo ao meio externo e de aprendizagem.

Segundo Costa (2002), é fundamental fazer-se referência a dois Behaviorismos. Ela destaca o Behaviorismo Clássico elaborado por J. B. Watson (1878-1958) que surgiu em contraposição às psicologias baseadas em conceitos mentalistas. Watson, explica a autora, é quem vai buscar introduzir métodos compatíveis com as Ciências naturais ao estudo do comportamento:

O Behaviorismo é definido por Watson como “uma ciência natural que se encarrega de toda a área do ajustamento humano” (p.11), cujos objetivos consistem em prever e controlar o comportamento. Dentre suas principais características estão: tomar como objeto de estudo o comportamento publicamente observável; ignorar os fenômenos mentais; utilizar os procedimentos objetivos para estudar o comportamento através do paradigma S-R (COSTA, 2002, p. 3-4)

Watson parte das experiências do médico russo Ivan Pavlov (1849-1936) a respeito do comportamento reflexo ou respondente, conhecido também como não-voluntário. Ele descreve o comportamento segundo o esquema pavloviano “estímulo-resposta” (o paradigma S-R, mencionado acima) pelo qual traça uma relação de causalidade, cujas respostas são eliciadas ou causadas por estímulos antecedentes do ambiente, podendo ser de dois tipos: o reflexo simples, imediato e não aprendido; e o reflexo condicionado, isto é, aprendido.

Contudo, o Behaviorismo, no início dos anos 1930, tomou um novo fôlego com Frederic Skinner (1904-1990), com o chamado Behaviorismo Radical, termo fixado em 1945. Radical porque, explica Costa (2002), ele nega quaisquer “fenômenos cuja natureza não é física, por exemplo, mente e cognição.” Ele parte de experiências com ratos para estabelecer um tipo mais complexo de relação estímulo-resposta que aquele pavloviano, cujo acento investigativo está no comportamento entendido em função da relação do indivíduo e seu ambiente, numa

concepção monista de homem, isto é, “o organismo é uno e interage em sua totalidade com o ambiente” (COSTA 2002, p. 7).

O condicionamento operante, para usar o termo proposto por Skinner (1945), é a unidade básica de análise de sua ciência, composta pelas variáveis antecedente-resposta-consequência (S-R-S): a chamada tríplice contingência. Segundo a teoria skinneriana, tal como nos explicam Bock, Furtado e Teixeira (1988/2008), o indivíduo atua e opera mudanças em sua realidade, ao mesmo tempo que recebe os efeitos de suas ações e é determinado por estes.

A partir dos conceitos e processos de aprendizagem de comportamentos postulados por Skinner fundamenta-se a chamada Análise experimental do Comportamento, cuja base epistemológica é o Behaviorismo Radical. A visada do estudo científico dos comportamentos é que, conforme se discriminam quais estímulos do ambiente os controlam, é possível que o homem exerça, ele mesmo, o controle de si, de suas ações, bem como manipule e opere mudanças ambientais e controle da natureza.

Quando se considera a crise da subjetividade como uma pré-condição para o surgimento dos projetos de Psicologia Científica, isso quer dizer que, nesse período, também se desenvolvem vertentes psicológicas que criticam o método positivista, e são buscadas vias alternativas de investigação científica. Figueiredo e Santi (1991/2008) destacam que essa crise tem como consequência uma cisão entre a experiência subjetiva e o comportamento, vindas da dificuldade de se estabelecer um objeto de estudo único. Quanto à experiência subjetiva, porém, comparece uma forte crítica pelo risco de sucumbir à uma tendência filosófica e perder de vista aquilo que é o desafio da Psicologia como Ciência, qual seja, o de tornar-se uma ciência independente de outros saberes, principalmente da Filosofia.

Alguns estudiosos do psicológico defendem que a ação do homem não expressa diretamente aquilo que se passa do lado dos processos psíquicos internos. Há algo a mais, para além daquilo que os olhos veem, daquilo que é o comportamento manifesto. Portanto, com o intuito de dar um novo lugar ao estudo da experiência da consciência, porém buscando compreendê-la a partir de um aprofundamento da experiência imediata, destaca-se o surgimento da Fenomenologia, no final do século XIX.

De maneira breve, conforme descrevem Aranha e Martins (2003), a Fenomenologia é um método e uma filosofia, cujo principal representante é Edmund Husserl (1859-1958). Husserl elaborou duras críticas ao Positivismo, a partir do que contraria o racionalismo proposto

por Descartes, tocando em questões clássicas como a relação sujeito/objeto e o dualismo psicofísico, isto é, separação mente-corpo, organismo-ambiente³.

A fenomenologia propõe a superação da dicotomia, afirmando que *toda consciência é intencional*, o que significa que não há pura consciência, separada do mundo, toda consciência visa o mundo. Da mesma forma, não há objeto em si, independente da consciência que o percebe. Portanto, o objeto é um *fenômeno* (etimologicamente, “algo que aparece”) para uma consciência. Segundo Husserl, a palavra intencionalidade não significa outra coisa senão essa particularidade fundamental da consciência de ser a consciência *de* alguma coisa. (ARANHA E MARTINS, 2004, p. 206)

Fundado no princípio básico da intencionalidade, o método fenomenológico consiste, segundo Figueiredo e Santi (1991/2008), da descrição ingênua dos fenômenos tais quais eles aparecem à consciência, por meio de uma atitude de suspensão de qualquer reflexão, conhecimento, ou tentativa de análise *a priori*.

Seguindo a tendência fenomenológica da Psicologia, que também tem suas variações e desencadeou diferentes vertentes, dá-se enfoque aqui para outro projeto de Psicologia Científica: a Psicologia da Gestalt.

Na Alemanha, no início do século XX, a Psicologia da Gestalt, também pode ser traduzida por psicologia da forma, ou da estrutura, nascido em contraposição ao Behaviorismo, crescente na Psicologia americana, e à tendência positivista como um todo. Seus principais fundadores são Max Wertheimer (1880-1943), Wolfgang Köhler (1887-1967) e Kurt Koffka (1886-1941).

O enfoque da psicologia da Gestalt na experiência da consciência, explicam Schultz e Schultz (2009), vai além dos elementos sensoriais e dos dados físicos dos órgãos dos sentidos. Há aqui uma compreensão da experiência perceptual como dotada da qualidade de totalidade ou da integridade. Uma vez que se tenta explicá-la por um conjunto de elementos analisados de maneira fragmentada, a percepção do objeto em si, da coisa mesma, é destruída e impossibilitada.

Em vista disso, tem-se na Gestalt a concepção de unidade psicofísica, em termos de estruturas isomórficas, isto é, explicam Schultz e Schultz (2009), a correspondência entre a experiência psicológica, ou consciente, e a experiência cerebral que tende à um processo

³ Fato epistemológico, antiquíssimo, já tratado na Grécia Antiga por epicuristas, estoicos, aristotelistas, sofistas, etc.

integral de organização perceptual e configuração da realidade. Para citar alguns dos princípios básicos da organização perceptual, Schultz e Schultz (2009) destacam:

Continuidade. Há tendência a conectar os elementos de modo que pareçam contínuos ou fluir em uma direção específica [...] *Preenchimento.* Há tendência em completar figuras incompletas, de preencher lacunas [...] *Figura/fundo.* Há tendência a organizar a percepção do objeto (figura) sendo visto e do fundo (a base) sobre o qual ele aparece. (SCHULTZ e SCHULTZ, 2009, p. 330)

Há alguns outros princípios além destes já citados, os quais são determinantes para o modo como a Gestalt irá construir um método de intervenção clínica, cuja abordagem psicoterapêutica recebe o nome de Gestalt-terapia. Como tal, a Gestalt é uma das principais representantes da Fenomenologia entre as abordagens psicológicas.

No bojo das discussões acerca dos diferentes sistemas de pensamento psicológicos e dos projetos de Psicologia Científica, há o surgimento da Psicanálise, criada por Sigmund Freud (1856-1939) no início do século XX. Esta nasceu em meio à crise da subjetividade e da Ciência moderna, fazendo uma contrapartida ao método positivista e à própria Psicologia Científica, tomando rumos completamente independentes e cujo ponto de partida para a elaboração teórica é a prática clínica de Freud na escuta de pacientes histéricas.

Foi na experiência clínica que Freud (1900/1987) se deparou com os efeitos de uma dissociação da consciência, uma divisão psíquica que é em parte inconsciente e da qual só podemos ter notícias a partir de suas manifestações, os sonhos, os atos falhos, os chistes e os sintomas, isto é, na representação das formações do inconsciente. A expressão verbal dos processos psíquicos, por meio da fala dirigida ao analista, é para Freud uma das vias por onde o inconsciente pode fazer-se representar em suas manifestações. Freud dá lugar àquilo que a ciência de sua época rejeitava, os sonhos, os deslizos e falhas de linguagem, os esquecimentos.

O inconsciente é o cerne da descoberta freudiana. Pensando a partir da discussão da diversidade de objetos de estudos no bojo do campo das abordagens da Psicologia, na Psicanálise o que aparece como objeto de estudo é o inconsciente. Em Freud (1900/1997), a premissa fundamental está no inconsciente e na sua sobredeterminação na vida humana. Isso diz de uma divisão psíquica constituinte e estruturante do humano, em construções teóricas como a teoria da sexualidade infantil (FREUD, 1905/1916) e a teoria das pulsões (FREUD, 1915/2004). Temos os conceitos que sustentam a Psicanálise enquanto método clínico, que são: a pulsão, a repetição, o inconsciente e a transferência, os quais Lacan (1964/2008) nomeia como os 4 conceitos fundamentais da Psicanálise.

Em meio a uma sociedade científica positivista e de cultura fortemente iluminista, alicerçada numa concepção antropocêntrica, que tem o homem como o soberano e o eu como senhor da razão, instituir a sobredeterminação do inconsciente, declara Freud (1917/2010), é um duro golpe ao “amor-próprio” da Humanidade.

Freud (1917/2010) faz o que ele mesmo chama de afronta psicológica segundo a qual o homem deixa de ser o centro de si mesmo. A partir das investigações acerca da etiologia das neuroses e no encontro com o sexual na escuta das histéricas, Freud se dá conta de que

a vida instintual da sexualidade não pode ser inteiramente domada em nós, e de que os processos mentais são inconscientes em si e apenas acessíveis e submetidos ao Eu através de uma percepção incompleta e suspeita, equivalem à afirmação de que o *Eu não é senhor em sua própria casa*. (FREUD, 1917/2010, p. 250, grifo do autor)

Desta forma, com a Psicanálise se inaugurou uma via até então nunca mencionada, com a entrada do inconsciente na cena humana. Mais adiante, serão destacados alguns dos conceitos fundamentais da Psicanálise. Tendo em vista que ela nos é apresentada na graduação de Psicologia como um dos sistemas psicológicos que poderiam orientar a prática do psicólogo. Porém, é importante fazer notar que a Psicanálise é apresentada como um sistema teórico e uma abordagem psicológica no contexto da universidade, e não deve estar restrita a essa perspectiva uma vez que a formação do analista está fora do âmbito acadêmico. Como o próprio Freud (1926/2014) diz, a formação do analista está na análise pessoal, na supervisão dos casos clínicos e no estudo teórico em instituições de Psicanálise.

Considera-se que neste capítulo são expostos os principais projetos de Psicologia Científica e seus fundamentos. Observamos que o que impele o surgimento da Psicologia é a tentativa de saber por que agimos e como agimos, a fim de estruturar um conhecimento que dê conta de explicar a subjetividade humana e orientar uma melhor adaptação dos indivíduos ao meio em que vivem, frente às crises e mudanças externas e às exigências da organização política, social e cultural que marcam as experiências de subjetividade e individualização. Entretanto, descobrimos ainda uma outra possibilidade de leitura e de estruturação do saber psicológico e que se distancia das premissas científicas de ajustamento e normatização: a Psicanálise.

3 APROXIMAÇÕES ENTRE PSICOLOGIA E PSICANÁLISE NA UNIVERSIDADE

No segundo capítulo, situar-se-á a questão da formação e da atuação profissional do psicólogo a partir do Projeto Político Pedagógico do Curso de Psicologia da Universidade Federal do Maranhão, em vigência desde 2014, expondo como a Psicanálise se insere no Curso de Graduação em Psicologia.

Segundo o Projeto Pedagógico, o objetivo geral, a que se propõe o Curso de Psicologia da UFMA é:

Analisar criticamente os fenômenos sociais, econômicos, culturais e políticos fundamentais ao exercício da profissão. Oferecer formação teórica, prática e de pesquisa necessária à graduação de profissionais na área de Psicologia capazes de atender às demandas da realidade psicossocial do País e especialmente do Estado do Maranhão. Formar psicólogos aptos a contribuir na prevenção e solução dos conflitos inerentes ao homem, tanto em nível individual e grupal, quanto na organização político-social em que estão inseridos. (UFMA, 2014, p. 38)

Para uma formação do psicólogo, que seja comprometida com a realidade psicossocial brasileira, ofertando os recursos necessários para uma atuação profissional nesse contexto, coloca-se o desafio às universidades no sentido de repensar tradições históricas da Psicologia como Ciência. Tradições estas que dizem respeito às críticas feitas à Psicologia, apontando-a como restrita à prática clínica individual e elitista, de tradição naturalizante e normatizadora (BOCK E RECHTMAN, 2019; CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA, 2011).

Estas críticas apontam para o modo como a Psicologia foi instituída no Brasil, a partir das relações estabelecidas nesse processo, bem como ensejam observar os movimentos que a Psicologia precisou fazer em busca de sustentação teórica e metodológica à sua prática, na direção de rever seus fundamentos, de ampliar a própria noção de clínica, até chegar a reestruturar a formação acadêmica do psicólogo. Tais questões são apresentadas mais adiante neste capítulo. Especialmente no que se refere à prática clínica, em vista do contexto da diversidade da Psicologia (já apresentada no capítulo anterior), cabe discutir onde a Psicologia encontra uma ancoragem frente às críticas.

Conforme situa o Projeto Pedagógico (UFMA, 2014), desde o início da Psicologia, enquanto profissão no Brasil, embora existissem primeiramente três grandes áreas de atuação dessa Ciência – o Trabalho, a Educação e a Clínica – a preferência dos alunos e a grade curricular dos cursos de Psicologia estavam em grande parte voltadas para a área da clínica.

Ainda segundo os dados fornecidos pelo referido documento institucional, o consultório particular continua a atrair fortemente os psicólogos: 45% da mostra de psicólogos formados numa margem de 10 anos trabalham na área da clínica. (CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA, 2004 apud UFMA, 2014, p. 18)

Segundo Bock e Rechtman (2019), que se ocupam da discussão sobre a formação e atuação do psicólogo brasileiro, lembram, a Psicologia, embora diversa, está marcadamente submetida ao método positivista. Consequência disso, é uma Psicologia que se propõe neutra e objetiva, cuja tarefa consiste em “psicologizar (no sentido de humanizar) e oferecer resultados, desvelando assim uma determinada essência do ‘sujeito’.” (BOCK e RECHTMAN, 2019, p. 2, aspas das autoras)

O termo psicologizar se refere aqui ao processo de naturalização dos fenômenos psicológicos, limitando-os a aspectos fisiológicos, perceptivos e empíricos, e isolando-os das influências sociais e culturais. Além do que, segundo Jacó-Vilela e Keide (2004), a psicologização no Brasil do século XIX surgiu como herdeira de uma moralidade, que transforma valores morais em fatos psicológicos e que promove um “sujeito socialmente ajustado, moralizado, consciente de seus deveres e afetivamente regrado” (p.76), numa perspectiva normatizadora. A racionalidade científica coloca uma distinção sujeito/objeto, fundamentada no trinômio verificação-previsão-controle, que “torna incomunicáveis sujeito e objeto num experimentalismo restrito” (JACÓ-VILELA e KEIDE, 2004. p. 172).

Isolando o seu objeto de estudo, a Psicologia visa um “conhecimento baseado numa perspectiva individualizante e naturalizadora” a partir da testagem, mensuração e descrição dos comportamentos e fenômenos humanos, conforme conceituam Bock e Rechtman (2019).

Quanto mais individualizante e normatizadora, ainda com Bock e Rechtman (2019), mais distante a Psicologia fica dos setores sociais, das demandas e necessidades da população (em grande parte marginalizada e excluída) e ainda mais escassos se tornam os campos de sua atuação. É nesse sentido que essas autoras declaram que a Psicologia esteve comprometida, ao longo de sua história, com os interesses das elites, na medida em que estas forneciam financiamento para as pesquisas e produção de conhecimento, bem como as decisões quanto a sua utilização social.

A prática profissional, segundo Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região (2011), estaria restrita à Psicologia Clínica nos consultórios particulares, à Psicologia

Organizacional e a Psicologia Escolar, campos de atuação que tradicionalmente absorviam a mão de obra dos psicólogos.

No que diz respeito à formação do psicólogo, esta caminhava no mesmo sentido: posicionada politicamente para atender aos interesses das elites, uma formação restrita à clínica e às organizações, *pattern* de uma Psicologia envolta de questões políticas e que privilegia as abordagens psicológicas de matrizes científicas positivistas. Jacó-Vilela e Keide (2004, p. 1), ao fazerem uma análise histórica das relações entre o Positivismo e o discurso psicológico no Brasil, compreendem que “a influência cientificista permite perceber a preocupação dos saberes médico-psicológicos com a adaptação social do homem”, o que enseja posteriormente a uma crise dos modelos acadêmicos.

A profissão de psicólogo foi reconhecida no Brasil por meio da Lei 4119 de 27 de agosto de 1962, durante o Regime Ditatorial no país. Entre os anos 1960 a 1980, em meio às medidas repressoras e violentas restrições à liberdade, criaram-se também dificuldades para o desenvolvimento da profissão. Nesse cenário, a Psicologia brasileira passou a questionar a “transposição mecânica de modelos estrangeiros e a elitização da prática do psicólogo” (CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA, 2011, não paginado). Ocorreu a emergência de movimentos sociais que se organizaram a fim de fazer resistência ao Estado Militar e pressionar por mudanças na estrutura social e política do país. Ficavam cada vez mais fortes as reivindicações por Políticas Públicas a fim de diminuir as desigualdades sociais, e uma urgência na abertura e comprometimento social dos setores das Ciências, Saúde e Educação para com os diversos segmentos da sociedade brasileira.

Resultante das pressões para a democratização do espaço universitário e do saber que nele se produz, tem-se a promulgação da Lei Básica da Reforma Universitária – Lei n. 5.540/68, a qual estabeleceu que “[...] as universidades e as instituições de ensino superior estenderão à comunidade, sob a forma de cursos e serviços especiais, as atividades de ensino e os resultados da pesquisa que lhes são inerentes (Artigo 20) e instituiu a Extensão Universitária.” (Nogueira, 2005 apud FORPROEX, 2012, p. 13).

A essa altura, na qual as universidades começaram a estender seu campo de investigação e atuação para a comunidade, viu-se também uma ampliação dos campos de atuação do psicólogo estendendo-se ao “serviço público no âmbito da saúde mental, à atuação em hospitais, ao trabalho junto a sindicatos e movimentos sociais, a uma inserção crítica na

educação, às ações junto ao judiciário e à assistência social” (BOCK e RECHTMAN, 2019, p. 2).

No momento em que as instituições universitárias brasileiras se esforçam por ampliar seus espaços de atuação e criar novos laços com a sociedade, a formação em Psicologia passa a ser entendida como um momento crucial de construção de um novo perfil de psicólogo: trata-se de promover a formação de profissionais-cidadãos situados histórica e politicamente na sociedade, dotados de capacidade analítica e crítica, comprometidos com as demandas da realidade social brasileira e capazes de atuar de maneira ética e cientificamente embasados no processo de construção e transformação social. Tais competências estão previstas no Projeto Político Pedagógico (UFMA, 2014) para serem desenvolvidas ao longo do Curso da Graduação em Psicologia.

Na proposta de formação que se sustenta na *indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão*, o primeiro dos princípios norteadores do Projeto Pedagógico do Curso de Psicologia da UFMA (2014), quando se situa a Extensão na relação com o Ensino, implica repensar o eixo pedagógico clássico aluno-professor para incluir aí a comunidade, os valores e princípios que a orientam, resultantes dos caminhos percorridos ao longo de sua história e produção cultural. Substitui-se o eixo clássico pelo eixo aluno-professor-comunidade pelo reconhecimento de que o ensino/aprendizagem é atravessado pela cultura e pela linguagem⁴, por meio das quais o conhecimento, concebido sob uma perspectiva dialógica em meio às diferenças individuais e diversidades sociais, só “se aprende e se (re)constrói no processo histórico-social em suas múltiplas determinações e facetas” (FORPROEX, 2012, p. 15).

Tratando-se da produção de conhecimento no âmbito da relação Extensão-Pesquisa, esta última deve passar por uma investiga-ção (ou pesquisa-ação) que se sustenta em metodologias participativas na tentativa de apreensão de saberes e práticas ainda não sistematizados, e por assim ser, abrem diversas possibilidades de articulação de campos de conhecimentos distintos. Já na relação Ensino-Pesquisa, esta deve ser compreendida na dimensão de produção de conhecimento novo no campo da Psicologia bem como no sentido de oferecer subsídios para que o psicólogo seja capaz de dar continuidade e aprofundamento a seus estudos e pesquisas, e gerar conhecimento a partir de sua prática profissional, tendo compromisso com uma educação permanente e continuada.

⁴ A sua função é transmitir, portanto, e retransmitir a cultura e esta só ocorre(rá) através da Linguagem.

A *interdisciplinaridade*, outro princípio que alicerça o Projeto Pedagógico do Curso (2014), considera a complexidade inerente aos fenômenos sociais e à própria realidade brasileira, bem como a dificuldade que é abordá-lo em sua totalidade. Em vista de atender às demandas sociais articuladas à produção de conhecimento que forneça consistência teórica e operacional a uma prática profissional, faz-se necessária a interação de conceitos, de modelos de referência e metodologias vindos de diversas disciplinas e áreas do conhecimento. Conjugada à interdisciplinaridade, temos a *interprofissionalidade*, pela qual a Universidade se propõe a “construir alianças intersetoriais, interorganizacionais e interprofissionais”, por onde profissionais com diferentes formações possam atuar em múltiplas frentes no compartilhamento de um mesmo campo de trabalho e investigação. (FORPROEX, 2012, p. 15)

O Curso de Psicologia da UFMA compõe a sua sistêmica curricular a fim de garantir uma formação profissional *generalista e pluralista*, no sentido de assegurar a apresentação consistente dos fundamentos teóricos e metodológicos das diferentes abordagens psicológicas, e de abranger os diversos campos de prática profissional, no que contam as interfaces da Psicologia com as áreas da saúde e dos processos clínicos, com as Políticas Públicas, com as organizações, produção e trabalho, com as práticas educativas e escolares, o meio ambiente, Direitos Humanos e Justiça, Cultura, Linguagem e Comunicação, Sociedade, movimentos sociais e comunitários, entre outros.

Quando se trata da qualificação da formação do psicólogo, considera-se um conjunto de competências e habilidades que o estudante deverá desenvolver ao longo da graduação as quais o tornarão capaz de reconhecer e lidar com as várias concepções teórico-metodológicas da Psicologia, de atuar na visada da promoção de qualidade de vida, individual e grupal, de maneira ética e com responsabilidade social.

Conforme a Matriz Curricular do Projeto Pedagógico (2014), as competências e habilidades do psicólogo devem ser desenvolvidas a partir das ênfases curriculares. Por definição expressa no Art. 10º das Diretrizes Curriculares Nacionais - Resolução N° 5, de 15 de março de 2011, as ênfases curriculares envolvem um conjunto delimitado e articulado de saberes e práticas, de competências e habilidades que “configuram oportunidades de concentração de estudos e estágios em determinados processos de trabalho da Psicologia.” (CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2011, p. 4)

As ênfases, segundo o Conselho Nacional de Educação (2011), deverão ser acompanhadas do “conjunto de disciplinas que darão o suporte do conhecimento acumulado

necessário para seu desenvolvimento pelo formando”, das modalidades de estágios obrigatórios, específicos e básicos, assim como devem estar articuladas com Grupos e Linhas de Pesquisa. (CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2011 apud UFMA, 2014, p. 75)

O Curso de Psicologia da UFMA oferece duas ênfases que se consolidaram ao longo da história do Curso, posto que oferecem e desenvolvem atividades acadêmicas nos três níveis Ensino-Pesquisa-Extensão, além de uma articulação estreita com programas de Pós-Graduação⁵ em Psicologia. São estas: ênfase “Processos Psicossociais” e ênfase “Processos Clínicos e Saúde”.

Conforme o Art. 12º da Resolução Nº 5, de 15 de março de 2011, os processos clínicos em Psicologia envolvem o fenômeno cultural abaixo, *In Verbis*:

a concentração em competências para atuar, de forma ética e coerente com referenciais teóricos, valendo-se de processos psicodiagnósticos, de aconselhamento, psicoterapia e outras estratégias clínicas, frente a questões e demandas de ordem psicológica apresentadas por indivíduos ou grupos em distintos contextos (CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2011, p.5)

Esta pesquisa buscou destacar a ênfase “Processos Clínicos e Saúde”, uma vez que é principalmente no eixo dos processos clínicos que a Psicanálise se insere no Curso de Psicologia da UFMA.

Conforme diz d’Allonnes (2004) ao discutir sobre a história e os impasses de uma Psicologia Clínica, é, pois, a questão das relações do social e da subjetividade, dos processos complexos de articulação entre o biológico, o psíquico e o social, a qual se defronta mais particularmente os procedimentos clínicos, bem como sobre assegurar o rigor e o caráter de ciência à prática clínica no plano de sua diversidade teórica e metodológica. Segundo este autor, “quanto mais se vai em direção ao subjetivo, mais se encontra ou reencontra o social”. A realidade psicossocial só poderá ser apreendida e teorizada a partir de uma “leitura multidiferenciada, usando conceitos emprestados, ou nascidos em volta [...] criando novos instrumentos conceituais”. (D’ALLONES *et al.*, 2004, p. 30)

Com base nesta afirmação, D’Allonnes (2004) conta que a aproximação entre Psicologia e Psicanálise ocorre especialmente quando surge a necessidade de a Psicologia

⁵ No Projeto Político Pedagógico do Curso de Psicologia (2014) consta que o Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFMA foi implantado em 2012, e cujas linhas de pesquisa advém dos atuais Grupos de Pesquisas inscritos no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq.

Clínica se ancorar em conceitos vindos de outros campos de saber para assim conseguir estruturar-se como disciplina universitária. Afirma-se, com Plaza (2004)⁶, que a Psicologia recorre, pois, à Psicanálise para pensar a prática clínica do psicólogo ao mesmo tempo que busca se firmar em embasamentos teóricos que pudessem servir às exigências acadêmicas.

Chama-se atenção para o fato de que as relações que a Psicologia estabelece com a Psicanálise no âmbito universitário então presentes desde a fundação dos cursos de Psicologia no Brasil. E, ainda mais longínquo, estão presentes desde a fundação dos primeiros projetos de psicologia clínica nas universidades (D'ALLONES *et al.*, 2004). No bojo da Psicologia como Ciência, a Psicanálise aparece como um sistema teórico, em abordagem psicoterapêutica. Pelo fato de a Psicanálise ter como especificidade a sua proposta de clínica, tal fato introduz à Psicologia um movimento de abertura para a possibilidade de uma prática clínica do psicólogo, inserindo aí pontos de reflexão à Psicologia Científica. Reflexão esta que se refere principalmente a ampliar a noção de clínica para além da visada do ajustamento e da normatização do indivíduo ao meio, da visada da cura para disfunções psicológicas, objetivos estes dos quais a Psicologia Científica tradicionalmente se ocupa e que refletem uma tendência individualizante e naturalizadora, como já discorridos anteriormente. Observar-se-á esta ampliação da noção de clínica já nos primeiros projetos de Psicologia Clínica, datados de 1949.

Antes de apresentar tais projetos, cabe situar que, historicamente, contam Silva *et al.* (2018), a Psicanálise já estava presente nas universidades, inserida nos cursos de Medicina enquanto um ramo de aperfeiçoamento da formação médica e preparação para o estudo de Psiquiatria. Sigmund Freud, o fundador da Psicanálise, desde 1919, em seu artigo intitulado *Deve-se ensinar psicanálise nas universidades?*⁷, já se dizia favorável à inclusão da Psicanálise no âmbito universitário por reconhecer as lacunas da formação acadêmica e científica dos médicos, especialmente no que diz respeito “ao significado dos fatores psíquicos nas diversas funções vitais” (p. 378). Porém, essa inserção deve ser feita respeitando-se o fato de que a universidade, diz Freud (1919/2010), não é o lugar da formação do analista, podendo este prescindir da universidade. Mas, no que se refere ao ensino da Psicanálise, é possível que neste

⁶ Monique Plaza, psicóloga francesa, é uma das coordenadoras dos textos contidos no livro *Os procedimentos clínicos nas ciências humanas* (D'ALLONNES *et al.*, 2004). Algumas das citações presentes nesta monografia são de autoria dela, embora a referência colocada nas citações seja do também psicólogo Claude R. d'Allonnes.

⁷ O título desta obra corresponde à Coleção Sigmund Freud Obras completas da Editora Companhia das Letras. Podemos encontrar este mesmo artigo com o título *Sobre o ensino da psicanálise nas universidades (1919)*, que faz parte da Coleção Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, Editora Imago.

espaço o estudante “aprenda algo sobre e com a Psicanálise” (FREUD, 1919/2010, p. 381), afirmação esta que será retomada no capítulo seguinte.

Plaza (2004) situa a inserção da Psicanálise nas Universidades por meio da Psicologia como sendo coincidente com o nascimento dos primeiros projetos de Psicologia Clínica enquanto disciplina universitária, nos quais ela se tornou a sua precursora. Importante referir o projeto de Psicologia Clínica de Daniel Lagache, professor adjunto em Filosofia, Psiquiatria e Psicanalista, no ano de 1949. E também o projeto apresentado em 1959 por Juliette Favez-Boutonier, médica, filósofa e psicanalista. Nesse mesmo ano ela inaugurou o primeiro Laboratório de Psicologia Clínica, na Sorbonne. À essa época, a Psicologia Científica já completava 60 anos.

Tanto Lagache quanto Favez-Boutonier, observa Plaza (2004), queriam promover a Psicologia Clínica no quadro universitário, e, para isso, tendiam a tomar a Psicanálise como um recurso ao tomar emprestado alguns de seus conceitos e fundamentos, a fim de neles encontrar possibilidades de sustentação teórica para uma prática clínica do psicólogo. Dessa forma, terminavam por fazer da Psicanálise mais uma abordagem teórica dentre tantas outras.

No contexto da diversidade teórica da Psicologia Científica, Plaza (2004) descreve a Psicologia Clínica como uma “disciplina-encruzilhada”: na tentativa de compreender a “conduta individual humana e suas condições (hereditariedade, maturação, condições fisiológicas e patológicas, história de vida)”, e empreender o estudo da pessoa total e “em situação”, isto é, não isolado do social, pois a Psicologia Clínica tem que se distanciar da perspectiva médica restrita à Psiquiatria e à noção de doença mental. Para isso, não há outra alternativa senão a de construir noções e conceitos interdisciplinares, vindo de diferentes sistemas teórico-práticos e até mesmo divergentes, além de ampliar o campo de investigação da nova disciplina, incluindo as dimensões normais e patológicas, adaptadas e inadaptadas, individuais e sociais. Nesse campo, a Psicologia Clínica encontra pontos de cruzamento com a Medicina, a Biologia, a Fenomenologia, a Pedagogia, a Sociologia, a Psicanálise, e chega também a chocar-se com própria Psicologia Experimental, já que esta detinha o status de Psicologia Científica e era reforçada pelo desenvolvimento das neurociências. (D’ALLONNES *et al.*, 2004, p. 6)

Com essa fluidez no plano de suas referências teóricas, e tendo um campo de investigação tão amplo, que chega a ser vago e sem delimitação, como assegurar uma legitimidade científica à disciplina de Psicologia Clínica nas Universidades? - este é um dos

questionamentos que Plaza (2004) expõe como desafio que marca o nascimento da Psicologia Clínica e de sua busca por uma identidade.

Entre os anos de 1950 a 1970, do lado da Psicanálise, foram enfatizadas as discussões em torno da questão da análise leiga, levantada por Freud em 1926. Tal questão refere-se, pois, a dar legitimidade à Psicanálise exercida por não-médicos. Freud (1926/2014) esclarece que a formação do analista não ocorre nas universidades e não está submetida às regulamentações acadêmicas e profissionais, uma vez que a Psicanálise não se trata de uma profissão a qual se legitima e se autoriza pela via de um diploma.

No referido artigo acima citado, Freud (1926/2014) conduz a discussão quanto a formação do psicanalista para o terreno do inconsciente à medida que apresenta a organização psíquica e a dinâmica das forças aí atuantes, a formação das neuroses, a teoria da sexualidade infantil, os desafios encontrados ao longo do tratamento analítico, a saber, o combate às resistências e o manejo da transferência. Os fundamentos da Psicanálise a partir de Freud estão na análise pessoal, no estudo teórico em instituições de Psicanálise e nas supervisões de casos clínicos com outros analistas mais experientes, isso é a formação do analista, como citado no capítulo anterior. A partir do texto de Freud (ibidem), podemos ver aí uma distinção entre a formação do psicanalista e a formação do psicólogo. Esta, a formação do psicólogo, está no campo das competências e habilidades, conforme a regulamentação acadêmica e profissionalização.

Em 1950, na França, ocorria também o ensino de Jacques Lacan (1901-1981) em seus seminários. Ele propunha sustentar um ensino em Psicanálise a partir dos fundamentos de Freud, o que o convocou a fazer um retorno aos textos freudianos. Nestes, com uma leitura cuidadosa e atenta, Lacan encontrou elementos teóricos que o permitiram avançar em pontos importantes a partir de Freud, trazendo novas elaborações teóricas como, por exemplo, a noção de sujeito em Psicanálise, a noção do inconsciente estruturado como linguagem, a noção de grande Outro, a noção de objeto *a* e as discussões referentes às dimensões real, simbólico e imaginário. Com Lacan, observa-se a importância do retorno à Freud e aos fundamentos psicanalíticos enquanto comprometimento com o nome da Psicanálise para que não se faça, como alertou o próprio Freud (1914) aos seus dissidentes: de uma faca da qual “mudou o cabo e botou uma lâmina nova e porque gravou nela o mesmo nome espera que seja considerada como o instrumento original.” (p.43)

A discussão em torno da questão da análise leiga particularmente interessa à Psicologia Clínica no que diz respeito a promover uma ruptura com os pressupostos da Medicina e da Psiquiatria. Em 1970, houve notícias de que a comunidade médica pretendia autorizar psicólogos a fazerem psicoterapias e psicodiagnósticos somente se estes profissionais fossem doutores em Medicina. Essa restrição reduziria o psicólogo a um auxiliar médico na aplicação de testes psicológicos, conforme consta no Relatório da 9ª sessão do Conselho da Ordem dos Médicos (1970, apud D'ALLONNES *et al.* p. 12).

Em um período de incertezas para a Psicologia Clínica, conforme observa Plaza (2004), a Psicanálise já encontrava uma legitimidade epistemológico-política, uma vez que havia realizado a ruptura epistemológica da Medicina, bem como já possuía um sistema teórico-prático melhor estruturado e coerente. Logo, mais do que nunca, a Psicanálise aparecia como um “modelo-garantia” para que a Psicologia Clínica pudesse ocupar um lugar nas universidades. (D'ALLONNES *et al.*, 2004, p. 13)

No que diz respeito à história dos cursos de Psicologia no Brasil, em especial no Rio de Janeiro e São Paulo, segundo Araújo (2005), a Psicanálise foi quem deu lugar à Psicologia nas Universidades brasileiras. A Psicanálise já estava inserida no ambiente acadêmico, inicialmente pelo campo da Medicina, mas se desvinculou desta à medida que incentivou a criação dos cursos de Psicologia. Isso só foi possível devido ao trabalho de docentes e pesquisadores que, para além do âmbito profissional e acadêmico, eram psicanalistas. A divulgação da Psicanálise foi o que possibilitou a abertura do campo psicológico nas universidades do país, meio no qual se incluem as discussões em torno da Psicologia Científica (ARAÚJO, 2005, p. 86).

A história da implantação dos cursos de Psicologia no Maranhão, e especificamente na capital São Luís, conta Araújo (2005), segue uma trajetória semelhante ao que se dá nas demais capitais do país. A Psicanálise se estruturou antes da criação dos cursos de Psicologia. Segundo esta autora, as escolas e instituições de Psicanálise foram fundadas na cidade entre os anos de 1985 a 1997. Foi no ano de 1990 que ocorreu a abertura do primeiro Curso de Psicologia no Maranhão, na Universidade Federal do Maranhão – UFMA, e cujo Projeto Pedagógico do Curso datava de 1988.

Araújo (2005) conta que, em 1996, o curso oferecia estágios supervisionados nas áreas de Psicologia Organizacional e de Psicologia Clínica, e em 1997 passaram a ser oferecidos estágios em Psicologia Escolar e Psicologia Hospitalar, este último na abordagem psicanalítica.

Após esta breve descrição histórica acerca dos laços estabelecidos entre Psicologia e Psicanálise no contexto universitário, e de como a Psicanálise é presença marcante no que diz respeito ao desenvolvimento da Psicologia no Maranhão, é conveniente expor como a Psicanálise se insere atualmente no Curso de Psicologia da UFMA. Destacam-se ainda alguns grupos de trabalho sob o referencial da Psicanálise que hoje já não estão mais vigentes, porém marcaram a história do Curso.

Na perspectiva da indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão, o tripé que sustenta a formação do psicólogo, referente ao Ensino, as disciplinas de Psicanálise, conforme descrito no Projeto Político Pedagógico do Curso de Psicologia (2014), incluem:

I) **Fundamentos da Clínica Freudiana:** que se propõe a apresentar uma visão histórica e metodológica da Psicanálise e de seu fundador Sigmund Freud, a partir do que ele concebe como os elementos de uma teoria feita a partir de uma prática, a teoria dos sonhos e teoria da sexualidade; os principais conceitos – o inconsciente, o recalque, a pulsão.

II) **Fundamentos da Clínica Lacaniana:** expõe os fundamentos da teorização lacaniana; a leitura da Psicanálise de Lacan sobre o inconsciente, a transferência, a pulsão e a repetição; o inconsciente estruturado como uma linguagem; o objeto em Lacan e a ética da Psicanálise.

III) **Teorias e Técnicas Psicoterápicas – abordagem psicanalítica:** disciplina que traz os fundamentos clínico-conceituais da prática psicanalítica - associação livre, atenção flutuante, transferência. A posição do analista na condução do tratamento. A ética da Psicanálise. O manejo da transferência a partir dos casos clínicos.

IV) **Disciplinas Eletivas:** a) História do Movimento Psicanalítico, que aborda discussões em torno da teoria do recalque como fundamento da teoria psicanalítica; as principais dissidências ao longo da história do movimento psicanalítico, bem como a história da psicanálise no Brasil; b) Sujeito, Inconsciente e Cultura, disciplina que reflete acerca das principais contribuições da Psicanálise à Teoria Social e sobre a atualidade do pensamento em Freud e Lacan.

Estas disciplinas descritas acima fazem parte do componente curricular referente ao Ensino. Outro componente curricular no âmbito da vertente do Ensino, e que, portanto, está articulado ao tripé Ensino-Pesquisa-Extensão, são as atividades do estágio específico.

Conforme consta no Projeto Pedagógico (UFMA, 2014, p. 73), a visada dos “Processos Clínicos e de Saúde” é discutir a prática clínica a partir das questões trazidas pelo estagiário na função de psicoterapeuta e inserido no cotidiano de funcionamento do Núcleo de Psicologia Aplicada - NPA/UFMA e o Núcleo de Extensão da Vila Embratel/NEVE, e também no Hospital Universitário.

Tendo por base o Regimento do Núcleo de Psicologia (2014), o NPA funciona como um órgão de apoio didático-científico, ligado ao Centro de Ciências Humanas – CCH/UFMA e ao Departamento de Psicologia. Tem por objetivos a prestação de serviços de Psicologia à comunidade acadêmica, incluindo os alunos do Curso de Psicologia dentre outros cursos da UFMA, e à população maranhense, em geral, de baixa-renda; promover a divulgação da Psicologia como Ciência e profissão no Estado; constituir um campo de estágio específico aos alunos do Curso de Psicologia, onde são realizadas supervisões, estudos em grupo e “atendimento individuais e de grupo para criança, adolescente, adulto e idoso com vistas a um trabalho psicoterapêutico dentro da várias abordagens psicoterapêuticas” (UFMA, 2014, não paginado), o que faz do NPA o lugar por excelência da experiência clínica na graduação de Psicologia.

As atividades de estágio específico I, II e III, na ênfase Processos Clínicos e Saúde, oferecem ao aluno a oportunidade de exercer uma prática clínica supervisionada a partir de diferentes referências teóricas, dentre as quais estão a proposta analítico-comportamental, e as referências fenomenológicas e existenciais, práticas fundadas nas matrizes de pensamento que visam o comportamento, o ser e os fenômenos da consciência. Quando se trata do referencial teórico da Psicanálise, o estágio propõe uma prática que trabalha com o saber do inconsciente. Saber este que se constrói a partir do trabalho de fala. A fala é para Freud (1926/2014) esse instrumento por meio do qual a experiência analítica descobre o inconsciente, este que é estruturado, tecido, tramado como uma linguagem, segundo fórmula Lacan (1964/2008).

Na referida ênfase, no que diz respeito às práticas em Saúde, destaca-se o estágio específico em Psicologia Clínica Hospitalar com referencial psicanalítico, cuja prática ocorre no Hospital Universitário desde 1997 até os dias atuais, supervisionado pela professora Dra.

Maria da Conceição Furtado Ferreira. Este estágio tem como objetivo geral⁸ desenvolver atividades que busquem colocar o aluno frente a situações da experiência de intervenção clínica no âmbito do espaço institucional, oferecendo atendimento psicológico aos pacientes, suporte, acompanhamento e orientação aos familiares bem como orientação e discussão com a equipe de saúde quanto aos aspectos psíquicos dos pacientes e familiares (FERREIRA, 1997, não publicado).

No bojo do tripé Ensino-Pesquisa-Extensão, quando o enfoque está nas atividades de Pesquisa, sublinha-se o Grupo de pesquisa Transmissão da Clínica Psicanalítica - *Laço Social*, fundado pela professora Dra. Valéria Maia Lameira, que tinha como objetivo aprofundar os estudos dos textos de Freud e Lacan, com interesse na clínica psicanalítica e no sujeito do inconsciente, centrada na teoria do sujeito de Lacan cujos fundamentos conceituais partem da teoria do aparelho psíquico de Freud (FERREIRA, 2018; LAMEIRA e SILVA, 2016). O *Laço Social* encerrou suas atividades em 2018.2 por ocasião da aposentadoria da professora acima citada.

Atualmente, estão em funcionamento o Grupo de Pesquisa Processos Clínicos, Prevenção e Intervenção Psicológica, coordenado pela professora Dra. Isalena Santos Carvalho. E o Grupo de Estudos em Psicanálise e Saúde Mental: intervenções em CAPS infantojuvenil (CAPSij), que tem como coordenadora a professora Dra. Maria da Conceição Furtado Ferreira.

Referente às práticas de Extensão, o Curso de Psicologia ofereceu, entre os anos 2002 a 2018, o Projeto de Extensão *Escuta*, na ocasião, sob a coordenação da professora Dra. Valéria Maia Lameira. O projeto encerrou suas atividades com a aposentadoria da referida coordenadora. Segundo apresentam Lameira e Silva (2016), o projeto *Escuta* colocava para os estagiários em clínica psicanalítica a possibilidade de ampliar o tempo de percurso em uma prática supervisionada da mesma forma que ocorre no NPA, porém com a especificidade dos plantões psicológicos e atendimentos emergenciais, por sua vez realizados no Núcleo de Extensão da Vila Embratel - NEVE/UFMA. O Núcleo de Extensão, localizado no bairro da Vila Embratel, em São Luís, funciona como um espaço comunitário e multiprofissional, onde são oferecidos, além dos serviços de Psicologia, consultas médicas de acompanhamento pré-natal às mulheres da comunidade e serviços de Educação Física à população idosa.

⁸ Segundo consta no Projeto de Estágio Curricular Específico em Psicologia Clínica Hospitalar, vinculado ao Departamento de Psicologia da UFMA.

A proposta do Projeto *Escuta*, conforme descrito no Projeto Pedagógico (2014), era proporcionar um espaço de fala às pessoas que procuravam tratamento psicoterapêutico, acolhendo-as com as queixas trazidas por cada um e indicando-lhes possibilidades de redefinição para uma retificação subjetiva. Isto é, conforme referem Silva *et al.* (2018), a retificação subjetiva se trata da possibilidade de o sujeito incluir-se em sua própria queixa, no sentido de uma responsabilização acerca de sua posição no mundo.

Para o extensionista, o Projeto Escuta junto ao estágio em clínica psicanalítica, proporcionou-lhe uma experiência com a clínica psicanalítica que se constitui no social e que parte dela para pensar a constituição de um sujeito efeito do inconsciente. Efeito do inconsciente, quer-se dizer, de um sujeito que se constitui pela linguagem. O exercício da prática clínica supervisionada sob o referencial teórico da Psicanálise deve estar sustentado pelo trabalho de análise pessoal de cada estagiário, articulado ao estudo teórico no grupo de pesquisa Laço Social e a supervisão em grupo dos atendimentos. Eles devem estar balizados sobretudo, no que diz aos parâmetros e fundamentos que sustentam uma prática analítica - na fala, na escuta, na associação livre, na atenção flutuante - e cuja ferramenta conceitual indispensável é a transferência (SILVA, 2019).

Neste capítulo, partiu-se do Projeto Político Pedagógico do Curso de Psicologia para expor como ele se estrutura em vista de dar conta da diversidade teórica e metodológica presente na Psicologia enquanto Ciência e profissão, implicada com a realidade psicossocial brasileira. Considerou-se que é no movimento de abertura da Psicologia aos setores sociais que ela se depara com críticas quanto à sustentação de uma prática clínica do psicólogo. Historicamente, a Psicologia não nasceu com uma proposta de clínica. No Brasil, o movimento de construção e implantação de uma disciplina de Psicologia Clínica nas universidades ocorreu por meio da aproximação com a Psicanálise. Diante de uma disciplina emergente e de uma prática clínica carente de direcionamentos, a Psicanálise apareceu como um sistema teórico no âmbito dos cursos de formação de psicólogo que possibilita, ainda que inicialmente, a sustentação de uma proposta de clínica para a Psicologia.

Por fim, expõe-se como a Psicanálise se inseriu no curso de Psicologia da UFMA e como está atualmente, elencando as disciplinas com enfoque em teoria psicanalítica, bem como os componentes curriculares inseridos no tripé Ensino-Pesquisa-Extensão, por exemplo, os estágios em clínica psicanalítica, os grupos de pesquisa e grupos de estudos e o projeto de extensão, tanto aqueles que já encerram suas atividades dentro da graduação, quanto aqueles que permanecem em funcionamento.

4 CONSIDERAÇÕES SOBRE A PSICANÁLISE NAS UNIVERSIDADES

Neste capítulo pretende-se discorrer sobre alguns argumentos teóricos com referência à Psicanálise nas Universidades. Nota-se que, para a Psicanálise estar nos cursos de Psicologia, se coloca como questão para os alunos se endereçarem a ela durante a graduação e que parece está intimamente relacionada aos parâmetros fundamentais da Psicanálise, a saber: o trabalho com a fala e a escuta alçados pela sobredeterminação do inconsciente da vida mental, destacando a importância da transferência (FREUD 1912/2010; 1917/2014). Pensar o endereçamento de alguns alunos para as atividades com propostas de trabalho com a Psicanálise na Universidade, quando estes se dirigem a um supervisor ou um orientador, até mesmo na forma como cada aluno se dirige aos textos de Freud e Lacan, considera-se que isso pode ter a ver com transferência, concebida por Freud como um dos principais conceitos da Psicanálise e operador da análise. Sobre este conceito, iremos discorrer mais adiante.

No texto *Deve-se ensinar a psicanálise nas universidades?* (1919/2010), Freud escreve às instituições universitárias, e especificamente ao curso de Medicina para dizer que a Psicanálise poderia ter uma disciplina no currículo acadêmico, desde que fosse segundo os propósitos de fornecer aos estudantes um melhor entendimento dos processos psíquicos, possibilitando a estes ir um tanto além da descrição e classificação dos quadros clínicos e serem introduzidos ao estudo da etiologia psíquica a fim de não tratarem o paciente apenas sob o aspecto biológico e orgânico.

Contudo, Freud (1919/2010) afirmou que um estudante de Medicina jamais poderia aprender realmente a Psicanálise naquilo que é o seu efetivo exercício clínico. O que se pode ter acesso na Universidade é a um ensino da teoria psicanalítica ministradas de maneira incompleta e abreviada. Tal fato reafirma que a formação do analista está para além de uma graduação acadêmica, nas próprias construções teóricas de Freud pode-se acompanhar isso. Desta forma, considera-se que, embora Freud fale aos cursos de Medicina, isso se estende também aos cursos de Psicologia, uma vez que este curso oferece uma proposta de trabalho com a Psicanálise na Universidade.

Importante situar nesse artigo, ao qual fazemos referência, o que levou Freud (1919/2010) a escrevê-lo, isto é, a sua tentativa de dissociar a Psicanálise da acusação de “charlatanismo” dirigida à prática analítica daqueles psicanalistas que não possuíam a formação em Medicina. Tal acusação vinha acompanhada de esforços de alguns para incorporar a

Psicanálise à Medicina e de tentativas de sua regulamentação, a fim de torná-la uma prática privativa do médico.

Freud, em 1926, no seu texto *A questão da análise leiga* também refutou esse estigma de “charlatão” ou “curandeiro” atribuído a seu colega não médico Dr. Theodor Reick, sustentando aí longamente a sua “tese de que o que importa não é se o analista tem um diploma de medicina, mas se adquiriu a formação especial que o exercício da análise requer.” (FREUD, 1926/2014, p. 219).

Ao levantar a questão da análise leiga, esta traz em seu bojo a preocupação por parte do fundador da Psicanálise “com o fato de *quem* exerce a psicanálise” (FREUD, 1926/2014, p. 125, grifo do autor). Logo, isso leva a refletir quanto aos psicólogos que exercem a Psicanálise, e fazer um contraponto ao questionar, em uma perspectiva crítica, o uso que estes fazem do nome da Psicanálise. Segundo Silva (2019, p. 10), tem-se notícias de psicólogos que “se dizem utilizar a psicanálise como alicerce de sua prática, sem que estejam submetidos, por exemplo, à análise pessoal”. Alguns outros psicólogos se declaram a favor da regulamentação da Psicanálise enquanto uma psicoterapia cuja prática deveria ser exclusiva do psicólogo (Goés *et al.*, 2009). Além do que, diz Silva (2019), é comum observar psicólogos que se dizem trabalhar com vários referenciais teóricos, inclusive a Psicanálise, interessados muito mais em solucionar as demandas e dar uma resposta rápida aos problemas do que se dar ao trabalho de refletir e articular os fundamentos da teoria às questões que surgem da prática.

Sublinha-se que grande parte dos psicólogos tem seu primeiro contato com os textos de Freud e Lacan durante a graduação e são introduzidos à teoria psicanalítica no âmbito acadêmico. Na medida em que se tem notícias das críticas direcionadas aos psicólogos, elencadas anteriormente, faz-se necessário reler o que Freud escreveu enquanto proposta para que a Psicanálise estivesse no currículo acadêmico nas universidades. No artigo de 1919, Freud diz que na Universidade a Psicanálise não deveria restringir-se ao âmbito dos distúrbios psíquicos. A Psicanálise e sua presentificação na cultura e na sociedade se estendem à Arte, à Literatura, Mitologia, à história das civilizações e à Filosofia da religião. Logo, o que se deveria sustentar nas instituições acadêmicas seria a possibilidade de vínculos, de conexões da Psicanálise com outros ramos de saber. Em sua obra de 1926, Freud defende que a Psicanálise, na condição de teoria do inconsciente psíquico, “torna-se imprescindível para todos os saberes que se ocupam da gênese da cultura humana e de suas grandes instituições, como a arte, a religião e a organização social” de modo que o seu emprego no tratamento das neuroses é apenas uma de suas aplicações (FREUD, 1926/2014, p. 215).

Quando Freud (1926/2014) defende a inclusão da Psicanálise no currículo acadêmico, ele assim o faz tendo em vista que

Se os representantes das várias ciências humanas aprenderam a psicanálise para aplicar os métodos e abordagens desta ao seu material, não bastará que se atenham aos resultados consignados na literatura psicanalítica. Terão de aprender a conhecer a psicanálise pela única via possível, submetendo-se a uma análise eles próprios. (FREUD 1926/2014, p 215)

Esta citação convém no sentido de corroborar com a importância de mesmo na Universidade já se ter comprometido com a proposta de Freud. Quando discorre acerca da questão da análise leiga, Freud mostra que muito se perde em termos da formação do analista quando se desvincula a teoria da experiência, do vivido. Segundo Freud (1926/2014), é somente quando se vivenciam em cada um, singularmente, os processos postulados pela Psicanálise, serão obtidas as convicções necessárias, quanto à existência e os efeitos do inconsciente de modo que guiarão o analista em formação. Portanto, pode-se afirmar, a partir da citação acima, que o conhecimento dos conceitos teóricos psicanalíticos por si só não autorizam para o exercício da prática analítica.

Se por um lado, o ensino de Psicanálise bem como a formação do analista, não se apoiam na Universidade, por outro lado, Freud afirmou que é possível que o estudante “aprenda algo *sobre e com* a psicanálise” nesse contexto (FREUD, 1919/2010, p. 381, grifo do autor). Tal afirmação freudiana nos chama atenção e nos leva a interrogar do que se trata esse “aprender com”, ou a partir da Psicanálise.

À guisa do que observa Ana Cristina Figueiredo (2008), o ensino da teoria psicanalítica inserido na proposta curricular da formação do psicólogo, nas aulas de Psicanálise, ao se oferecer um saber sobre a Psicanálise, caberá aí também “recolher os efeitos” de um primeiro contato para cada aluno, em vez de reduzi-lo às suas notas e as avaliações, alguns dos requisitos acadêmicos (FIGUEIREDO, 2008, p. 245). Acreditamos que essa colocação da autora muito nos diz quando pensamos ser da ordem de um efeito do contato com os textos de Freud e Lacan e do ensino introdutório de conceitos psicanalíticos fundamentais quando, a partir daí, algo possa colocar-se para cada aluno como questão. Pode-se questionar: quais são os pontos fundamentais que tornam possíveis a realização de um trabalho a partir da Psicanálise na Universidade?

Quando se parte do princípio de tomar as recomendações freudianas como parâmetros de sustentação do trabalho com a Psicanálise na Universidade, tem-se que a entrada

do estudante nas atividades acadêmicas, os estágios específicos em Psicologia Clínica e Psicologia Clínica Hospitalar, nos grupos de pesquisa e grupos de estudo, bem como no projeto de extensão, os quais foram descritos no segundo capítulo, só será possível sob a condição de o aluno estar no trabalho de análise pessoal, como um dos pré-requisitos de sua aceitação como estagiário⁹. Tal pré-requisito, fazemos uma ressalva, faz parte de um funcionamento específico dessas atividades acadêmicas, no contexto da UFMA, até o presente momento. Não se trata, pois, de um requisito acadêmico obrigatório no sentido de resoluções normativas, mas são recomendações advindas dos próprios fundamentos analíticos, tampouco pode-se afirmar que a condição de “estar em análise pessoal” se dê para todas as atividades no âmbito universitário que tomam a Psicanálise como referencial teórico. Por exemplo, as próprias disciplinas da grade curricular.

Desta forma, a análise pessoal, enquanto condição de entrada do estudante nas atividades acadêmicas propostas sob o referencial psicanalítico, já anuncia àqueles que se endereçam à Psicanálise na graduação de Psicologia da UFMA um ponto crucial por onde deve passar o funcionamento destes grupos, qual seja: o trabalho com a fala e a escuta. Trata-se aqui da especificidade do trabalho com a Psicanálise, como nos diz Figueiredo (1997):

A especificidade do trabalho psicanalítico está em ater-se radicalmente às produções de fala dos sujeitos [...]. O pacto analítico é um pacto de fala. A psicanálise é uma clínica da fala. Fazer falar é uma condição da escuta. E é pela escuta que a fala se constitui, remetendo à regra fundamental: diga o que lhe vier à cabeça... (FIGUEIREDO, 1997, p.124)

Assim, é na análise, a partir destas regras fundamentais da Psicanálise, instituída por Freud (1912/2010) que a associação livre permite operar o inconsciente, na medida em que, como postula o psicanalista vienense, essa regra implica àquele que fala, dizer tudo o que lhe vier à cabeça, sem crítica ou seleção prévia, seguindo curso dos pensamentos involuntários, das ideias repentinas que surgem à medida em que é possibilitado ao paciente algum grau de liberdade à fala.

Como escreveu Figueiredo (1997), o fazer falar implica uma condição de escuta. Esta escuta, tal como recomenda Freud (1912/2010), exige daquele que se coloca a escutar, fazê-lo sem a pretensão de compreender tudo o que é dito, acolhendo as palavras, sem se prender a sentidos ou significados tidos *a priori* e oferecendo a tudo o que ouve a mesma atenção, uniformemente suspensa, aqui a outra regra fundamental. Desta forma, temos do lado

⁹ Há um processo de seleção no qual a entrevista com o aluno é condição importante para o aceite nessas atividades.

do paciente a associação livre, e do lado do analista a atenção flutuante, esta é a regra analítica basilar (FREUD 1912/2010, p 149).

É importante frisar que a regra fundamental proposta por Freud tem sua premissa na sobredeterminação do inconsciente na vida mental. Isto é, Freud (1900/1987) acredita que por trás das associações de palavras do paciente, há sempre um desejo inconsciente, ou um conflito psíquico, que as sustentam e que constitui a sua base. Esta sobredeterminação do inconsciente se deve ao efeito traumático de experiências profundamente afetivas que instauram condições especiais de deslocamentos de energia psíquica no interior do aparelho mental. Para Freud (1900/1987), nada é dito de forma arbitrária e que não seja digno de análise, de modo que não se deve subestimar a extensão da sobredeterminação do inconsciente nos eventos psíquicos, que se apresentam, não nas profundezas da mente, mas sim na emergência da fala.

A incidência do trauma, segundo Freud (1900/1987), marca uma descontinuidade dos processos mentais em termos das dinâmicas dos deslocamentos de energia no interior do aparelho psíquico já que o trauma impõe uma divisão, uma cisão do aparelho mental em uma parte inconsciente e outra consciente, por meio de um mecanismo chamado de recalque. O recalque, conceitua Freud (1915/2004) consiste, essencialmente, na ação de repelir algo para fora da consciência e mantê-lo afastado desta.

Este mecanismo de recalque tem como efeito uma divisão psíquica. Essa divisão implica, por sua vez, nas manifestações dos sintomas histéricos, já referidos, os quais não serão tratados neste trabalho. Freud (1900/1987) constata que existe saber latente no inconsciente que mantém uma relação de causalidade com o sintoma manifesto. Entretanto, esta relação admite uma linguagem simbólica, isto é, uma forma de representação indireta, deformada e figurada de uma ideia, de um conflito ou de um desejo inconsciente.

Quando permite que suas pacientes falem livremente, é pelo que Freud (1900/1987) descobre fazer-se o inconsciente se faz representar nas entrelinhas do discurso, nos pedaços de história que o paciente despreza, nos atos falhos¹⁰, nos relatos pouco consistentes e duvidosos de seus sonhos, nas besteiras cotidianas, nos restos de palavras às quais ele não dá muita importância e que, por serem irrelevantes à consciência, é porque tomam emprestado algo do inconsciente.

¹⁰ Famoso o exemplo, um deles, do próprio Freud, quando narrou que o presidente de uma sessão acadêmica, abrindo-a, disse: “Está encerrada a sessão.” (Sobre a psicopatologia da vida cotidiana, FREUD, 1901)

Freud (1917/2014) reconhece que a via para fazer emergir os conteúdos inconscientes não está na percepção intelectual. A chave para o inconsciente está na própria relação afetiva que o paciente estabelece com o analista. O saber que emerge na experiência analítica só se produz e se sustenta através do que Freud (ibidem) nomeia de transferência. A transferência constitui, segundo Freud (1917/2014), a força motriz do trabalho analítico; é, pois, um dos principais pilares teóricos da Psicanálise.

A primeira vez que Freud citou o termo transferência, foi em sua obra inaugural *A Interpretação dos sonhos* (1900). Neste escrito, Freud (1900/1987) apresentou a primeira tópica do aparelho psíquico, dando-nos uma noção de localidade psíquica, dividindo o aparelho em sistemas ou instâncias de memória. O sistema Consciente é a instância que dá acesso ao movimento voluntário e tem relação estreita com a realidade externa. Já o Inconsciente, situa-se na parte perceptiva do aparelho, cuja essência consiste na pressão interna e constante de impulsos libidinais.

Esses impulsos, carregados de energia sexual, buscam descarregar suas tensões, e quando isto ocorre, é experimentado como uma vivência de satisfação. Porém, o que é prazeroso para o Inconsciente, é percebido como desprazer para a consciência, devido a ação do mecanismo de recalque. Daí se estabelece um conflito psíquico irreduzível entre as duas instâncias.

Uma observação crucial acerca do funcionamento psíquico é a de que as representações inconscientes por si sós, afirma Freud (1900/1987), não têm força suficiente para avançar à consciência, a não ser que se articulem à outras representações, sob a condição de uma “transferência de pensamentos”.

Para que ocorra o descolamento das representações no interior do aparelho, estas precisam transferir suas intensidades umas às outras, de modo que se associem entre si, formando cadeias de representações por onde a energia libidinal consegue ser transmitida de um sistema a outro, ao mesmo tempo que burla os bloqueios do recalque, a fim de alcançar vias de descarga. Segundo o autor de *A Interpretação dos Sonhos* (1900), os desejos inconscientes, embora repudiados pela consciência, ainda permanecem ativos, renovam suas forças e insistem em se fazer representar, nem que para isso tenham que se disfarçar para ludibriar as barreiras do recalque.

Freud (1900/1987) diz que aos desejos recalcados no inconsciente é negado o acesso à consciência, porém eles encontram um meio de se exprimir, estabelecendo uma via de transmissão de sua energia, enganchando-se em representações mais recentes da vida do

paciente, aos fatos mais triviais de sua história, aos objetos com os quais se relaciona em sua vida cotidiana, nas impressões residuais e indiferentes do dia. São estes elementos, atuais e por vezes externos ao sujeito, que servem de disfarces do desejo.

Freud (1900/1987) observa no tratamento das neuroses de histeria que há um caso especial de deslocamento cuja representação se relaciona com ele, inclui-se o próprio Freud na dinâmica das transferências do paciente. Freud irá, então, conceber a transferência enquanto o lugar dos deslocamentos de representações no campo do desejo inconsciente. Nesta visada é que a transferência se faz a condição *sine qua non* do trabalho com a Psicanálise.

No texto a *Dinâmica da Transferência (1912)*, Freud (1912/2010) descreve a transferência enquanto fenômeno que se apresenta necessariamente no contexto da clínica psicanalítica. Diz respeito às manifestações dos afetos, sentimentos, fantasias, paixões e toda a gama de atitudes psíquicas, sejam estas, amorosas ou hostis. Estes afetos são transferidos, endereçados do paciente para a pessoa do analista na situação clínica e não justificados em relações reais, só podendo haver uma causalidade de outra ordem, isto é, inconsciente.

Freud (1912/2010) se dá conta de que

[...] todos os nossos afetos de simpatia, amizade, confiança etc., tão proveitosos na vida, ligam-se geneticamente à sexualidade e se desenvolveram, por enfraquecimento da meta sexual, a partir de anseios puramente sexuais, por mais puros e não sensuais que se apresentem à nossa percepção consciente. Originalmente, só conhecemos objetos sexuais; a psicanálise nos faz ver que as pessoas que em nossa vida são apenas estimadas ou respeitadas podem ser ainda objetos sexuais para o inconsciente dentro de nós. (FREUD, 1912/2010, p 142-143)

A experiência da transferência na clínica da histeria se coloca para Freud como uma prova escancarada da origem das neuroses: é do sexual que se trata. Não o sexual encerrado no biológico, no genital, no anatômico. Mas o sexual enquanto uma disposição psíquica que impele o humano para a vida, que o lança ao mundo, que clama pela relação com um outro humano.

O bebê humano ao nascer, no qual se acha em condições de prematuridade psíquica, necessita que um outro no mundo venha em seu auxílio, que o amamente, dedique cuidado e tempo. Nesse período da maternagem, na qual se situam as experiências infantis mais remotas que se inscrevem como marcas deixadas pelo outro em cada um, as quais, segundo Freud (1912/2010), determinam as condições que o humano estabelece para o amor. Quanto àqueles que são os primeiros objetos sexuais, é da relação com eles que “resultam um clichê (ou vários) que serão repetidos e novamente impressos durante o curso da vida, na medida em que as circunstâncias externas e a natureza dos objetos amorosos acessíveis o permitam” (p.135).

É justamente acerca da sexualidade experimentada tão precocemente na infância que é insuportável à consciência, de modo que tais memórias são a todo momento empurradas para o esquecimento. O sexual recalçado, contudo, pode mostrar-se. O fato de tentarmos silenciá-lo é o que tenta ser expressado, manifestado, por meio dos sintomas histéricos, e não apenas aí, como também fala através dos sonhos, dos atos falhos, dos chistes, e dentre outras formações do inconsciente.

Uma vez que as memórias não conseguem ser lembradas e colocadas em palavras, Freud (1926/2014) descreve que, ao não conseguir recordar, neste ponto:

O paciente *repete*, em forma de paixão pelo analista, vivências psíquicas por que passou antes – ele *transfere* para o analista atitudes psíquicas que se acham prontas dentro dele e estão intimamente ligadas à origem da neurose. Ele também repete suas reações defensivas de então sob os nossos olhos, gostaria muito de repetir todas as vicissitudes daquele período esquecido da vida em sua relação com o analista. O que ele nos mostra é, portanto, o âmago de sua história íntima, ele o reproduz de forma palpável, como algo presente, em vez de recordá-lo. (FREUD, 1926/2014, p 185)

Há, portanto, duas realidades: aquela que é factual e manifesta e aquela que se remete ao passado do paciente e que evoca as cenas infantis, que coloca em cena uma realidade que é psíquica. Freud (1912/2010) se refere à realidade psíquica como sendo inconsciente e que se atualiza na relação com o analista.

Colocada a transferência na dimensão do amor, é importante situar que há uma ambivalência dos afetos que surgem dessa relação. Ele afirma que é nessa dimensão onde se colocam as maiores dificuldades e resistências ao tratamento analítico. O amor é, segundo Freud (ibidem), o que mostra a capacidade de colocarmos as nossas transferências a serviço da resistência. Para ele caracteriza-se como resistência tudo o que interrompe o progresso do trabalho analítico. Nesse aspecto, Freud (1912/2010) interroga “por que a transferência se presta assim admiravelmente a servir como meio de resistência?” (141).

Pode-se encontrar em Freud (1912/2010) que a transferência se presta à resistência na medida em que é transferência positiva, em sua face de amor e sentimentos amistosos, ou negativa, manifesta em hostilidade ou agressividade, de impulsos eróticos recalçados. Porém tem-se ainda outro aspecto da transferência, que não se restringe às suas formas de manifestação, mas que trata de considerar características próprias ao sistema inconsciente que, segundo Freud (1915/2006), são: atemporalidade do inconsciente, a realidade psíquica e a dinâmica das transferências de energia psíquica a partir dos processos primários de

deslocamento e condensação¹¹. Levando-se em conta tais aspectos típicos do funcionamento inconsciente, ainda pode-se abrir um outro caminho ao qual Freud (1915/2010, p.221) se refere como “o caminho até os fundamentos infantis” do amor, reconduzindo os afetos surgidos na situação analítica até sua origem inconsciente.

Na contramão dos pressupostos cartesianos que fundam a Ciência moderna, a justificação da existência do inconsciente é a prova de que o humano, enquanto ser de linguagem e inserido na cultura, não possui uma vontade una, pois perdeu a sua unidade, e que, diferentemente dos animais, não está preso às determinações biológicas ou instintivas. O humano fora desnaturalizado, o que torna a tarefa de viver e se relacionar com os outros, com os seus semelhantes, especialmente complexa.

Freud não encontra nos pressupostos científicos, e mesmo nos modelos de referência filosóficos, algo que desse conta de explicar aquilo que se apresentava na clínica. Na experiência com suas pacientes, ele precisou abrir mão de uma perspectiva unilateral de ciência, de uma previsibilidade do saber por ela constituído, da concepção naturalista e integral de homem, da ideia de uma cura definitiva, para então abrir-se à relação com o paciente e ao saber que aí se produz, isto é, o saber que advém do inconsciente.

Reconhecemos o quanto Freud foi inovador e corajoso em seus posicionamentos, mas não o fez de maneira a anular aquilo que é diferente ou que vai de encontro com a Psicanálise. O convívio das diferenças relativo às questões metodológicas e epistemológicas é o que movimenta o processo de investigação científica, de modo que a Ciência não se coloque numa posição autossuficiente, sob o risco de sufocar-se em si mesma, sem a possibilidade de revisões, atualizações e aperfeiçoamentos.

Nessa visada, a proposta de Freud (1919/2010) em permitir que o discurso psicanalítico habite a Universidade é com a condição de que a Psicanálise ocupe aí um lugar de diferença, de alteridade, à vista de não ser ela mesma sufocada e atrofiada pelas regulamentações e regras institucionais e acadêmicas.

¹¹ No artigo intitulado *O inconsciente*, Freud (1915/2006) descreve que no deslocamento, tem-se que uma ideia ou representação transfere toda sua carga de investimento para outra ideia, enquanto que na condensação, uma única ideia ou representação recebe a carga de investimento de diversas outras representações. Freud (ibidem) afirma que as palavras também estão submetidas aos processos primários, típicos do funcionamento inconsciente, podendo ocorrer, por exemplo, de uma única palavra condensar a representação de uma cadeia inteira de pensamentos. Tal premissa será retomada por Lacan (1964) em sua formulação de que o inconsciente é estruturado como uma linguagem, referindo-se aos processos primários enquanto figuras de linguagem: a metonímia e a metáfora.

Suportar as diferenças, com as inúmeras contradições que se expressam na vida em sociedade, com o mal-estar e angústias que isso pode despertar em cada um, é um grande desafio. Em alusão ao próprio funcionamento do aparelho mental, proposto por Freud (1900/1897), tem-se que o sujeito só suporta as tensões que o pressionam intimamente e as exigências da vida, se estabelece uma situação de transferência com um objeto que lhe é externo, com um outro que vem em seu auxílio, a fim de dar novo destino aos seus afetos, de modo que possam obter tradução em atos e palavras. Não seria, pois, diferente em nível social. Daí a transferência não ser uma exclusividade da Psicanálise. Ela se apresenta na vida, perpassa as relações humanas, sejam elas afetivas sejam laborais. Entretanto, quanto à transferência na Psicanálise é essa ferramenta que o analista maneja. Conforme diz Freud (1926/2014):

Tudo depende disso, e toda a habilidade no manejo da transferência consiste em obter isso. Como vê, as exigências da técnica alcançam o auge nesse ponto. Aí se podem ser acometidos os mais graves erros ou angariados os maiores sucessos. A tentativa de evitar as dificuldades, suprimindo ou negligenciando a transferência, seria algo absurdo. Não importando o que mais se fizesse, não mereceria o nome de análise. [...] A única saída possível para a situação de transferência é referi-la ao passado do doente, como ele realmente a viveu ou a conformou pela atividade da imaginação realizadora de desejos. Isso requer muita habilidade, paciência, calma e abnegação por parte do analista. (FREUD, 1926/2014, p. 185-186).

Na citação, ele usa o termo manejo da transferência para indicar que não se trata de negligenciar as manifestações da transferência, e as dificuldades que dela surgem, mas de caminhar com ela de modo a transformá-la no meio de recordação de um passado esquecido e de deslocamento no campo do desejo inconsciente.

Questionamos o que torna possível o funcionamento de um grupo de trabalho, cujo pilar teórico é a Psicanálise na Universidade. Defendemos, pois, que este trabalho só funcionará quando proposto transferencialmente, implicando o emprego da palavra, da relação da fala dirigida a um outro, por exemplo, ao professor. Nesse sentido, o docente que assume um trabalho com o referencial teórico psicanalítico, pode ser que ele também tenha que lidar com transferência na Universidade, sendo importante manejá-la nesse contexto na medida em que o professor recebe o aluno na orientação, na supervisão.

Para contribuir em nossas discussões, trazemos Ana Maria Sigal, quando discute acerca das diferenças *Entre ensinar psicanálise e formar analistas (2009)*, título do artigo que faz parte do documento *Ofício do Psicanalista*. Ela escreve:

A formação psicanalítica, certamente, não tem a ver com a pedagogia; a experiência de mergulhar no inconsciente em transferência nos defronta com um saber a ser construído: ele é, em si, um projeto e um processo constituinte, mas podemos pensar que a psicanálise conta, também com um sistema de relações objetivas que constituem

um corpo de ideias enunciado como disciplina, que transmite um conhecimento constituído, mesmo que ele se encontre em permanente questionamento e ebulição” (SIGAL, 2009, p. 138)

Nesta citação, quando Sigal (2009) aponta que a Psicanálise pode configurar-se enquanto um sistema teórico apresentado como disciplina, ela assim o faz ao ler que Freud (1923) atribui três sentidos ao termo Psicanálise, cujo nome pode referir-se, nas palavras do fundador, a uma “coleção de informações psicológicas [...] que gradualmente se acumulam numa disciplina científica” (p.152). Esse não é, como dito, o único sentido do termo Psicanálise, uma vez que tais informações psicológicas só podem ser obtidas, afirma Freud (ibidem), por meio do método que tem como base a investigação de processos mentais quase inacessíveis e, por isso, requerem a experiência do aprofundamento no inconsciente em transferência, e que, portanto, tem a ver com o que acontece no interior de uma análise, da supervisão, da orientação, isto é, no percurso de formação do analista. A partir disso, diz Sigal (2009) que se deve ter atenção para todo trabalho universitário em que, no âmbito de ensino de uma disciplina, proponha-se a um processo formativo nesse contexto.

Entre o ensino de Psicanálise na Universidade e a formação de analista, o que comparece como questão é que, na via da Psicanálise como disciplina que ocupa um lugar na Universidade, cabe interrogar: como isso retorna na formação do psicólogo?

Acredita-se que tal fenômeno retorna no sentido de pensar o que, na Universidade, faz com que o sujeito se dirija a outro lugar, o qual pode ser, por exemplo, o de sustentar a sua própria análise após o término das atividades acadêmicas. Para além do aspecto disciplinar, colhem-se os efeitos de experiências nas atividades acadêmicas de estágio, de extensão, nos grupos de estudos e de pesquisa, que interrogam quanto ao compromisso de cada um com seu percurso de formação de psicólogo, como cada um aí se inclui.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final deste trabalho monográfico colhem-se considerações que dizem do caminho construído até aqui cujo ponto de partida é a Psicologia Científica indo ao encontro com a Psicanálise. Este caminho só foi possível por meio da experiência do trabalho nas atividades acadêmicas cujo referencial teórico é a Psicanálise, no âmbito do Curso de Psicologia da Universidade Federal do Maranhão/UFMA. A inclusão da Psicanálise no currículo de formação do psicólogo abre a possibilidade de uma experiência com a clínica instituída a partir do trabalho com a fala e a escuta e que tem o seu cerne na descoberta do inconsciente.

Expõe-se, no primeiro capítulo, que as discussões em torno da autonomização da Psicologia, enquanto Ciência, passam por elencar as pré-condições históricas, culturais, econômicas e políticas que fomentam o interesse para a investigação científica dos fenômenos psicológicos. Tais pré-condições se referem à experiência da subjetividade individualizada bem como à crise desta subjetividade; à ambiguidade moderna da noção de indivíduo, ora concebido como sujeito soberano e fonte do poder, ora como sujeito disciplinado e alvo dos poderes; à tentativa de separação entre os domínios do científico e do filosófico, que reflete a cisão entre o natural e o humano como premissa para um processo de dessacralização do homem e naturalização dos fenômenos.

Surge de tais ambiguidades e cisões, que datam principalmente do período moderno, numa diversidade de projetos de Psicologia Científica, cada qual com seu objeto de estudo distinto. No interior da Psicologia observamos a dificuldade em se firmar um único objeto de estudo: tem-se, de um lado, o estudo da experiência imediata, ou subjetiva, do tipo que é da experiência da consciência; de outro lado, o estudo do comportamento na relação do indivíduo com o ambiente no qual habita. A Psicologia Científica se baseia fortemente no Positivismo Científico, para garantir o status de Ciência, mas em parte continua como tributária da Filosofia.

Contudo, viu-se também surgir, no seio da Era Moderna, um caminho diferente e que se distanciava das teorizações de base positivista. Trata-se da Psicanálise, criada por Freud (1900) a partir de seu labor clínico na escuta das históricas. A descoberta do inconsciente instituiu um novo campo onde se trata de trazer à tona o sujeito efeito da fala. Fala esta que, na medida em que serve de instrumento para expressão dos processos psíquicos, como no relato dos sonhos e dos sintomas, por exemplo, denunciam uma divisão psíquica que é em parte

inconsciente e que deixa seus rastros, manifestos também nos atos falhos e nos chistes, as formações do inconsciente.

Chegou-se, então, às discussões referentes à formação do psicólogo e aos seus campos de atuação. No segundo capítulo, partimos do Projeto Político Pedagógico do Curso de Psicologia da UFMA para expor como ele se estrutura: as suas diretrizes norteadoras e as atividades que compõem o tripé Ensino-Pesquisa-Extensão. Apresentamos, dentre outros pontos, como a Psicanálise está inserida na grade curricular do Curso de Psicologia da UFMA, bem como os componentes curriculares inseridos no tripé Ensino-Pesquisa-Extensão que tem a Psicanálise como seu referencial teórico: os estágios em clínica psicanalítica e clínica hospitalar, os grupos de pesquisa e grupos de estudos e o projeto de extensão, tanto aqueles que já encerram suas atividades no âmbito da graduação, quanto aqueles que permanecem em funcionamento.

Discutiu-se que, no movimento de abertura da Psicologia aos setores sociais, ela se deparou com críticas quanto à sustentação de uma prática clínica do psicólogo. Historicamente, a Psicologia não nasceu com uma proposta de clínica. No Brasil, o movimento de construção e implantação de uma disciplina de Psicologia Clínica nas universidades ocorreu por meio da aproximação com a Psicanálise. Observou-se que a Psicologia, na busca por sustentação de uma proposta de clínica e de dar-lhe uma legitimidade científica, recorre inicialmente à Psicanálise. Aliás, a Psicanálise, já presente nas universidades pela via da Medicina, é quem abre espaço para as discussões no campo psicológico por onde a Psicologia Clínica pôde ocupar aí um lugar nas universidades.

Por fim, no terceiro capítulo, apresentaram-se considerações teóricas na referência da Psicanálise nas Universidades, sendo retomados alguns textos freudianos. No bojo da formação do psicólogo, encontramos a Psicanálise como umas das abordagens teóricas para a prática deste profissional, especialmente na clínica. É importante ressaltar que a formação do psicólogo se distingue da formação do psicanalista, uma vez que este último tem como fundamento a análise pessoal, o estudo teórico e a supervisão clínica, uma formação que se dá fora da Universidade. Ou seja: o que consideramos a partir do próprio Freud é que a Universidade não é o lugar da formação do analista. Entretanto, é a Universidade o lugar onde muitos psicólogos tem seu primeiro contato com os textos de Freud e Lacan, a partir do que alguns destes psicólogos possam seguir em suas formações de analista após a graduação.

A Psicanálise traz como sua especificidade o trabalho com a fala e a escuta submetidos à sobredeterminação do inconsciente na vida mental e cuja via de sustentação está na transferência. Observa-se que a transferência, enquanto um dos pilares teóricos da Psicanálise, também pode fazer-se presente no contexto da Universidade, e que, nesse ponto, quando se trata do trabalho cuja proposta é do ensino teórico psicanalítico, seria fundamental não deixar de fora a transferência como motor, como impulsionador deste trabalho também no contexto acadêmico, sob a condição da fala dirigida ao professor, ao supervisor ou orientador. Nesse sentido, do lado do professor que propõe e assume este trabalho na universidade, é de fundamental importância que ele esteja submetido aos fundamentos da Psicanálise, para que possa operar com a transferência em seu manejo.

Este trabalho se dispõe a contribuir com as discussões em torno da aproximação Psicologia e Psicanálise na Universidade. Enseja-se aqui abrir questionamentos que possam, mais adiante, serem retomados e desenvolvidos.

REFERÊNCIAS

- ARANHA, M. L. A.; MARTINS, M. H. P. **Filosofando: introdução à filosofia**. 3ª edição. São Paulo: Moderna, 2003.
- ARAÚJO, M. A. P. A psicanálise no Maranhão. In: ARAÚJO, M. A. P. **A Psicologia no Maranhão: percursos históricos**. São Luís: Editora Universidade Federal do Maranhão, 2005. Edição on-line. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2014, p. 86-104.
- BOCK, A. M. B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. L. T. T. **Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia** (1988). 14ª edição. São Paulo: Saraiva, 2008. p. 16-43.
- BOCK, A. M. B.; RECHTMAN, R. **Formação do psicólogo para a realidade brasileira: identificando recursos para atuação profissional**. Psicologia: teoria e pesquisa. Brasília, 2019. Disponível em: < <https://www.scielo.br/pdf/ptp/v35/1806-3446-ptp-35-e3551.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2020.
- BRASIL. Presidência da República. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB. Diário Oficial [da] União, 23 dez. 1996. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm#art92>. Acesso em: 15 jun. 2020.
- CHAUÍ, M. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2003.
- CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Câmara de Educação Superior. **Resolução nº 5, de 15 de março e 2011**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia, estabelecendo normas para o projeto pedagógico complementar para a Formação de Professores de Psicologia. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=7692-rces005-11-pdf&category_slug=marco-2011-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 15 jun. 2020.
- CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 6ª REGIÃO (org.) **Exposição 50 anos da psicologia no Brasil: A História da psicologia no Brasil**. São Paulo: CRPSP, 2011 Disponível em < <http://www.crpso.org.br/portal/comunicacao/pdf/catalogo50anos.pdf>> Acesso em: 08 de dez. 2020.
- COSTA, N. Os Behaviorismos. In: COSTA, N. **Terapia analítico-comportamental: Dos fundamentos filosóficos à relação com o modelo cognitivista**. Santo André, SP: ESETec Editores Associados, 2002, p. 1-7
- D'ALLONNES, C. R. Psicologia clínica e procedimento clínico. In: D'ALLONNES, C. R. *et al.* **Os procedimentos clínicos nas ciências humanas: documentos, métodos, problemas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004, p. 17-34.
- FERREIRA, A. A. L. O múltiplo surgimento da Psicologia. In: JACÓ-VILELA, Ana Maria; FERREIRA, Arthur Arruda Leal; PORTUGAL, Francisco Teixeira. **História da psicologia: rumos e percursos**. Rio de Janeiro: Nau Ed, 2006, p. 13-46.

FERREIRA, R. M. J. P. **Sobre a importância da extensão na formação do aluno no curso de psicologia da UFMA: o projeto Escuta.** São Luís: UFMA, 2018. Disponível em: <<https://monografias.ufma.br/jspui/bitstream/123456789/3094/1/RUAN-FERREIRA.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2020.

FIGUEIREDO, A. C. **Vastas confusões e atendimentos imperfeitos: a clínica psicanalítica no ambulatório público.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1997

FIGUEIREDO, L. C. M.; SANTI, P. L. R.; **Psicologia, uma (nova) introdução: uma visão histórica da psicologia como ciência (1991).** 3ª edição. São Paulo: EDUC, 2008. p. 13-54.

FORÚM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS (FORPROEX). **Política Nacional de Extensão Universitária.** Manaus, 2012. Disponível em: <<http://www.ufma.br/portalUFMA/arquivo/N6CYKmhQOV5gMTS.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2020.

FREUD, S. A interpretação dos sonhos. Cap. VII. A psicologia dos processos oníricos. (1900). In: FREUD, S. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, V.** Rio de Janeiro: Imago, 1987.

FREUD, S. A dinâmica da transferência (1912) In: FREUD, S. **Obras completas volume 10.** Observações psicanalíticas sobre um caso de paranoia relatado em autobiografia (“O caso Schereber”), Artigos sobre a técnica e outros textos (1911-1913). São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 133-146.

FREUD, S. Recomendações ao médico que pratica a psicanálise (1912) In: FREUD, S. **Obras completas volume 10** Observações psicanalíticas sobre um caso de paranoia relatado em autobiografia (“O caso Schereber”), Artigos sobre a técnica e outros textos (1911-1913). São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 147-162.

FREUD, S. Observações sobre o amor de transferência (1912). In: FREUD, S. **Obras completas volume 10.** Observações psicanalíticas sobre um caso de paranoia relatado em autobiografia (“O caso Schereber”), Artigos sobre a técnica e outros textos (1911-1913). São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 210-228.

FREUD, S. A história do movimento psicanalítico (1914). A história do movimento psicanalítico, artigos sobre a metapsicologia e outros trabalhos (1914-1916). In: FREUD, S. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, XIV.** Rio de Janeiro: Imago, 1996. Disponível em: <<https://conexoesclinicas.com.br/wp-content/uploads/2015/01/freud-sigmund-obras-completas-imago-vol-14-1914-1916.pdf>> Acesso em: 08 de dez. 2020

FREUD, S. A transferência (1917). In: FREUD, S. **Obras completas volume 13:** Conferências introdutórias à psicanálise (1916-1917). São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 570-593.

FREUD, S. Deve-se ensinar psicanálise nas universidades? (1919) In: FREUD, S. **Obras completas volume 14: História de uma neurose infantil (“O Homem dos lobos”)**, Além do princípio do prazer e outros textos (1917-1920) São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 377-381.

FREUD, S. A questão da análise leiga: diálogo com um interlocutor imparcial (1926) In: FREUD, S. **Obras completas volume 17: Inibição, sintomas e angústia, O futuro de uma ilusão e outros textos (1926-1929)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 124-218.

GOÊS, M.I.; ROCHA, E. C.; COSTA-MOURA, F. A regulamentação, a psicanálise e as psicoterapias. In: ALBERTI, S. (org.) *et al.* **Ofício do psicanalista: formação versus regulamentação**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2009. p. 89-97.

JACÓ-VILELA, A. M.; KEIDE, R. "Mens in corpore": o positivismo e o discurso psicológico do século XIX no Brasil. *Mnemosine* Vol 1 nº 0. Rio de Janeiro: UERJ, 2004. p. 165-178. Disponível em: < https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/mnemosine/article/view/41352/pdf_21 >. Acesso em: 23 ago. 2019.

KAHHALE, E. M. P.; ADRIANI, A. G. P.; A constituição histórica da psicologia como ciência. In.: KAHHALE, E. M. P. (org.). **A diversidade da psicologia: uma construção histórica**. 2ª edição. São Paulo: Cortez, 2006. p. 75-95.

LACAN, J. O inconsciente freudiano e o nosso. In: LACAN, J. **Seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise (1964)**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008. p. 25-35.

LAMEIRA, V. M.; COSTA, M. C. S.; RODRIGUES, S. M. Fundamentos metodológicos da pesquisa teórica em psicanálise. **Revista Subjetividades**, Fortaleza, v. 17(1), p. 68-78, janeiro/2017.

LAMEIRA, V. M.; SILVA; S. C. **Contribuição da psicanálise às práticas educativas**. *Revista Interdisciplinaridade em Cultura e Sociedade (RICS)*. São Luís: UFMA, 2016. p. 107-133.

MANCEBO, D. **Modernidade e produção de subjetividades: breve percurso histórico**. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-98932002000100011&script=sci_arttext&tlng=es> Acesso em: 23 de ago. 2019.

PLAZA, M. A psicologia clínica: os desafios de uma disciplina. In: D'ALLONNES, C. R. *et al.* **Os procedimentos clínicos nas ciências humanas: documentos, métodos, problemas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004, p. 3-16.

SCHULTZ; D. P.; SCHULTZ, S. E. **História da psicologia moderna**. São Paulo: Cengage Learning, 2009, p. 317-345.

SIGAL, A. M. Entre ensinar psicanálise e formar psicanalistas. In: ALBERTI, S. (org.) *et al.* **Ofício do psicanalista: formação versus regulamentação**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2009. p. 137-145.

SILVA; S. C. **Recomendações de Freud aos psicólogos que exercem a psicanálise.** 2019. Dissertação (Qualificação de Mestrado em Psicologia). Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2019.

SILVA, W. S. S.; SILVEIRA; L. R.; COSTA; G. M.; NAUE; L. A. V.; **Das possibilidades de trabalho com a psicanálise no contexto de uma clínica-escola.** Estudos Interdisciplinares em Psicologia, Londrina, v. 9, n. 1, p. 143-156, abr. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO (UFMA). Departamento de Psicologia. **Projeto Político Pedagógico:** Curso de Psicologia. São Luís, 2014. Disponível em: < <http://www.ufma.br/portalUFMA/arquivo/MGemD6J4YatwNtg.pdf> >. Acesso em: 15 jun. 2020.